# COPEL GERAÇÃO S.A

Subsidiária Integral da
Companhia Paranaense de Energia - COPEL

**CNPJ/MF 04.370.282/0001-70**

**www.copel.com / copel@copel.com**

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2005

### 1. APRESENTAÇÃO

**1.1 Senhores Acionistas**

Apresentamos para apreciação de V. Sªs o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e o Parecer do Conselho Fiscal, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004.

A Copel Geração S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel.

Curitiba, 27 de março de 2006

A Administração

### 2. CENÁRIOS

**2.1 Cenário Internacional**

O ano de 2005 caracterizou-se por um cenário de ampla liquidez internacional, fruto das baixas taxas de juros praticadas pelos Bancos Centrais dos Estados Unidos, Japão e Europa e por taxas de crescimento econômico acima da média dos últimos trinta anos, em especial na China, Índia e nos tigres asiáticos.

A política monetária expansionista implementada a partir de 2001 pelo Federal Reserve Bank - FED, obteve êxito em reverter a tendência depressiva verificada na atividade econômica norte-americana no início desta década, além de contribuir para o crescimento da economia dos Estados Unidos, marcada por uma trajetória de dez trimestres consecutivos de forte expansão.

A União Européia enfim recupera-se de um longo período de estagnação na atividade econômica e o Japão também apresenta trajetória de recuperação depois de mais de uma década de estagnação. Os países da América Latina apresentaram taxas de crescimento econômico satisfatórias, devido ao choque positivo dos preços das commodities minerais exportadas pela região, destacando-se os desempenhos da Venezuela e Argentina.

**2.2 Cenário Nacional**

A economia brasileira iniciou 2005 com a expectativa de replicar a trajetória de crescimento verificada em 2004, quando o Produto Interno Bruto - PIB brasileiro cresceu à taxa de 4,9%. Esta performance não se manteve ao longo do ano devido à manutenção de altas taxas de juros reais, como também aos efeitos da crise política sobre a atividade econômica, o que implicou em uma desaceleração da taxa de crescimento do PIB, que foi de 2,3% em 2005 em relação ao ano anterior, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Em 2004, as cotações de várias commodities industriais e agrícolas exportadas pelo Brasil apresentaram significativa valorização, destacando-se o minério de ferro, o aço e a soja. Este movimento se intensificou em 2005, em especial no setor de minérios não-ferrosos, com destaque para o cobre, zinco, estanho, platina e ouro, enquanto o aço e a soja sofreram expressiva desvalorização no mercado externo devido ao arrefecimento da demanda e/ou ao aumento da oferta destes produtos. As exportações brasileiras atingiram a marca de US$ 118,30 bilhões de dólares em 2005, com crescimento de 22,6% em relação ao acumulado no ano anterior, enquanto as importações atingiram o montante de US$ 73,55 bilhões de dólares em 2005, com crescimento de 17,1% em relação a 2004. O saldo da balança comercial atingiu o recorde de US$ 44,75 bilhões de dólares. O crescimento do comércio mundial atingiu a marca de 13,8% em 2005, quando o Brasil ampliou sua participação para 1,1%, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

**2.3 Cenário Local**

A economia paranaense foi afetada em 2005 pelos reflexos do baixo desempenho no setor agropecuário, que contribuiu para a redução da taxa de crescimento do PIB estadual. Tal comportamento teve como origens a estiagem, que ocasionou quebra na safra de 2005, a desvalorização do dólar em relação ao real, como também a queda nas cotações dos principais produtos do agronegócio paranaense no mercado externo. Além disso, as suspeitas da existência de febre aftosa no rebanho bovino do Estado e o conseqüente embargo da carne bovina paranaense por parte dos principais países importadores contribuíram para um ano menos produtivo para o agronegócio estadual em 2005. A estimativa do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - Ipardes para o crescimento do PIB paranaense em 2005 é de 0,3%.

As exportações paranaenses atingiram a marca de US$ 10,02 bilhões de dólares em 2005, com incremento de 6,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já as importações somaram US$ 4,52 bilhões de dólares neste período, aumento de 12,4% em relação ao mesmo período de 2004. O saldo comercial do estado totalizou US$ 5,49 bilhões de dólares em 2005.

O setor industrial do estado cresceu 0,8 % em 2005 em relação ao ano anterior, enquanto a produção industrial nacional acumulou alta de 3,1% neste período. Dentre os principais setores industriais estaduais, os que apresentaram acréscimo na produção foram os de veículos automotores, 21,1%, e refino de petróleo e produção de álcool, 9,6%. Os principais ramos que apresentaram recuo na produção foram os de alimentos, com queda de 5,8%; e máquinas e equipamentos, com redução de 11,1%.

**2.4 Cenário do Setor Elétrico**

No cenário regulatório, o destaque para o ano 2005 foi a promoção pela Aneel de três Leilões de Compra de Energia de Empreendimentos Existentes, para o mercado regulado, permitiu que a Copel Geração contratasse no 2º leilão, de abril de 2005, a venda de aproximadamente 700,8 GWh/ano para entrega a partir de 2008, e outros 2.146,2 GWh/ano no 4º leilão, de outubro de 2005, para entrega a partir de 2009, ambas as vendas para períodos de 8 anos. No 3º leilão, também de outubro de 2005, a Copel Geração não participou com oferta de energia.

Com estes novos leilões, foi incorporada ao portfólio da Copel Geração novos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR que, junto com as operações relativas ao Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD, elevou o número de controles (CCEAR e semelhantes) a mais de 320 itens.

Na área regulatória, já em 2006, foi publicada pela Aneel a RES 210/2006, que aprovou as Regras de Comercialização da CCEE - versão janeiro de 2006, trazendo-as conforme o Decreto 5.163, de 30 de julho de 2004, que dá o direito aos geradores, entre eles a Copel Geração, de usar contratos de compra de energia para lastrear as suas vendas de energia.

### 3. PERFIL DA COMPANHIA

**3.1 Copel Geração S.A.**

A Copel Geração S.A. explora o serviço de geração de energia. Seu parque gerador é composto por 18 usinas em operação, sendo 17 hidrelétricas e uma termelétrica, totalizando 4.549,6 MW de capacidade instalada efetiva. Também possui em sua estrutura 11 subestações, das quais 10 são automatizadas e teleoperadas, com potência instalada de transformador elevador de 5.004,1 MVA. Detém, perante a Aneel, as seguintes concessões relacionadas no quadro a seguir, todas renováveis de acordo com a legislação vigente do setor elétrico nacional.

| Usinas | Rio | Capacidade Instalada (MW) | Data da Concessão | Data de Vencimento |
|---|---|---|---|---|
| **Hidrelétricas** | | | | |
| Gov. Bento Munhoz da Rocha Neto (Foz do Areia) | Iguaçu | 1.676,00 | 24.05.1973 | 23.05.2023 |
| Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo) | Iguaçu | 1.260,00 | 14.11.1979 | 15.11.2009 |
| Gov. José Richa (Caxias) | Iguaçu | 1.240,00 | 02.05.1980 | 04.05.2010 |
| Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza | Capivari-Cachoeira | 260,00 | 23.04.1965 | 07.07.2015 |
| Guaricana | Arraial | 36,00 | 13.08.1976 | 15.08.2026 |
| Chaminé | São João | 18,00 | 13.08.1976 | 15.08.2026 |
| Apucaraninha | Apucaraninha | 10,00 | 13.10.1975 | 13.10.2025 |
| Mourão | Mourão | 8,20 | 20.01.1964 | 07.07.2015 |
| Derivação do Rio Jordão | Jordão | 6,50 | 14.11.1979 | 15.11.2009 |
| Marumbi(1) | Ipiranga | 4,80 | - | - |
| São Jorge | Pitangui/Tibagi | 2,30 | 04.12.1974 | 04.12.2024 |
| Chopim I | Chopim | 1,98 | 20.03.1964 | 07.07.2015 |
| Rio dos Patos | Rio dos Patos/Ivaí | 1,72 | 14.02.1984 | 14.02.2014 |
| Cavernoso | Cavernoso/Iguaçu | 1,30 | 07.01.1981 | 07.01.2011 |
| Salto do Vau(2) | Palmital | 0,94 | 27.01.1954 | - |
| Pitangui(2) | Pitangui | 0,87 | 05.12.1954 | - |
| Melissa(2) | Melissa | 1,00 | 08.10.1993 | - |
| **Termelétrica** | | | | |
| Figueira | | 20,00 | 21.03.1969 | 26.03.2019 |

(1) Em homologação na Aneel.
(2) Usinas com capacidade inferior a 1 MW é efetuado apenas registro na Aneel.

**3.2 Copel Geração em Números**

| GERAÇÃO | 2005 | 2004 | Δ % 2005-2004 |
|---|---|---|---|
| **Financeiros - R$ milhões** | | | |
| Receita Operacional | **1.273,6** | **1.025,1** | 24,2 |
| Receita Operacional Líquida ou Vendas Líquidas | **1.124,9** | **937,0** | 20,1 |
| EBITDA ou LAJIDA | **525,3** | **334,6** | 57,0 |
| Lucro Líquido | **231,7** | **27,4** | 745,6 |
| Patrimônio Líquido | **2.468,4** | **2.368,9** | 4,2 |
| **Indicadores Econômico-financeiros** | | | |
| Liquidez Corrente ( índice ) | **0,81** | **0,49** | 65,3 |
| Margem operacional líquida ( % ) | **37,57** | **24,90** | 50,9 |
| Rentabilidade do patrimônio líquido ( % ) | **10,36** | **1,17** | 785,5 |
| Dívida sobre o patrimônio líquido ( % ) | **16,56** | **37,79** | (56,2) |
| **Atendimento** | | | |
| Geração de energia - Participação mercado Nacional ( % ) (1) | **4,6** | **4,7** | (2,1) |
| Geração de energia - Participação mercado da Região Sul ( % ) (1) | **28,0** | **29,0** | (3,4) |
| Unidades Consumidoras | **20** | **9** | 122,2 |
| Empregados | **921** | **815** | 13,0 |
| **Mercado** | | | |
| Geração própria (GWh) | **18.436** | **19.121** | (3,6) |
| **Operacionais** | | | |
| Usinas em operação | **18** | **18** | - |
| Subestações | **11** | **11** | - |
| Capacidade instalada (MW) | **4.550** | **4.550** | - |

(1) Fonte ONS, Eletrobras e EPE

### 4. FATOS RELEVANTES

**4.1 Energia Sustentável**

Foram realizados levantamentos do aproveitamento do potencial eólico no Estado, por meio do Projeto Ventar, que envolve a operação de 13 estações de medição de vento. A primeira torre, com sensores a 100 metros de altura, foi instalada em Palmas, e o primeiro anemômetro sônico com interface GSM (para leitura remota) em torre na cidade de Maringá. A velocidade média dos ventos registrada nessas estações nos últimos 12 meses variou de 4,7 a 7,4 m/s, o que começa a sinalizar a viabilidade de mais empreendimentos eólio-elétricos no Paraná.

Também estão em andamento os seguintes estudos para possíveis projetos de geração de energia de fontes renováveis:

- levantamento da disponibilidade de biomassa no Estado; e
- avaliação de processo de gaseificação de biomassa e de obtenção de diesel para utilização como combustível "verde", ou de metanol para utilização como insumo à indústria de resinas ou potencial portador de hidrogênio.

**4.2 Promovendo o Protocolo de Kyoto**

A Companhia vem desempenhando importante função no sentido de viabilizar Mecanismos de Desenvolvimento Limpo - MDL, por meio de estudos realizados para verificar a possibilidade dos reflorestamentos feitos em torno dos reservatórios, que cumprem função de mata ciliar pudessem participar das ações consideradas pelo Protocolo de Kyoto como passíveis de gerar créditos de carbono.

A constituição das florestas ciliares deve remover, através da fotossíntese, toneladas de dióxido de carbono - $CO_2$ da atmosfera. Sendo assim a Companhia iniciou estudos para captação de carbono através dos plantios florestais nas usinas Governador José Richa - Salto Caxias, Governador Ney Braga - Segredo e Governador Bento Munhoz da Rocha Netto - Foz do Areia. A aplicação do projeto da Companhia reflorestará aproximadamente 580 hectares, retirando aproximadamente 262.130 toneladas de $CO_2$ da atmosfera.

### 5. GOVERNANÇA

A Compahia por meio da sua Controladora procura se orientar pelas melhores práticas de Governança Corporativa, que prevêem princípios de transparência, eqüidade, prestação de contas e responsabilidade diante das partes interessadas que impactam ou são impactadas pelos seus negócios.

Ao adotar esses princípios, a Controladora transforma suas ações em boas práticas de governança que culminam com previsibilidade nos resultados da Companhia e aprimoramento dos seus relacionamentos, por meio da comunicação com todas as partes interessadas.

Considerando que a sustentabilidade se baseia no tripé econômico, social e ambiental, a adoção desses princípios garante, sob o ponto de vista econômico, a diminuição dos riscos estratégicos, operacionais e financeiros, aumentando o valor da Companhia e viabilizando a captação de recursos. Socialmente, propicia a construção de uma sociedade mais eqüitativa. Do ponto de vista ambiental, possui programas e projetos ambientais integrados e prevê o custo da externalidade de suas atividades, comprometendo-se em deixar herança saudável para as gerações futuras.

**5.1 Programa de Investimentos**

Foi aprovado na 111ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia, realizada em dezembro de 2005, o Programa de Investimentos previsto para 2006, no valor de R$ 21,6 milhões, sendo que em 2005 foi realizado R$ 20,9 milhões.

**5.2 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento**

Em cumprimento à Lei 9.991/2000, que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, a Companhia investiu, em 2005, R$ 3,0 milhões.

**5.3 Gestão de Riscos**

Além dos aspectos ambientais, relativamente a sua gestão de riscos, a Companhia considera suas relações sociais e econômicas, tratando-as de maneira sistêmica e integrada, como se segue:

**5.3.1 Riscos Financeiros - *Hedge***

A política da Companhia é sempre analisar e eventualmente adotar mecanismos de proteção financeira em relação a suas captações. Assim, com vistas a reduzir a exposição à variação cambial, a Companhia realizou operação de *hedge* da sua dívida, com a assessoria do Banco do Brasil, visando a proteção cambial da emissão de Eurobônus com vencimento em 02.05.2005.

**5.3.2 Riscos Patrimoniais - Seguros de Bens e Direitos**

A Controladora mantém Comitê de Gerenciamento de Riscos e Seguros Patrimoniais, que tem por objetivos:

- Desenvolver e aperfeiçoar estudos para o estabelecimento de uma política de gerenciamento de riscos e seguros dos ramos elementares da Copel e de suas Subsidiárias Integrais;
- Definir junto às áreas pertinentes da Companhia o que deve ser segurado, através de levantamentos, identificação e análise de risco, experiências e histórico de sinistralidade, por tipo e características de bens e equipamentos, de dispêndio de prêmios de seguro no período - utilizando parâmetros auxiliares relacionados a cada tipo de risco para desenvolvimento paralelamente com as áreas envolvidas - técnicas e inspeções preventivas de detecção de possíveis danos ao patrimônio da Companhia; e
- Promover e manter, no âmbito da Companhia, a política adotada.

Com base nas recomendações desse Comitê e visando atender à legislação vigente sobre seguros e à Lei nº.8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de prestação de serviços públicos previsto no artigo 175 da Constituição Federal, a Copel contrata apólices de seguros para salvaguardar seus bens e instalações, e mantém um seguro para reparação por danos involuntários causados a terceiros.

As principais modalidades de seguros adotadas na Copel são:

- Seguro de Riscos Nomeados.
- Seguro de Incêndio Imóveis Próprios.
- Seguro de Incêndio Imóveis Locados.
- Seguro de Responsabilidade Civil Geral.
- Seguro de Riscos de Engenharia
- Seguro de Transporte Nacional.
- Seguro de Transporte Internacional
- Seguro de Riscos Diversos

Outras informações sobre os seguros adotados na Copel poderão ser obtidas na Nota Explicativa 33.

**5.3.3 Segurança e Saúde do Trabalho**

O Plano de Segurança do Trabalho contempla uma série de ações preventivas, dentre as quais, em 2005, destacam-se: a continuidade da Campanha Interna de Segurança do Trabalho "Dê Preferência à Vida", a maior campanha de segurança já desenvolvida na empresa; e as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - Cipas, cujo objetivo é prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.

A Companhia, em atendimento ao que determina a Norma Regulamentadora NR-5 e as suas Diretrizes e Políticas de Segurança do Trabalho e Saúde do Trabalhador, manteve em 2005, em toda a sua área de concessão, a atuação de Cipas que são compostas por 50% de representantes do empregador e 50% de representantes dos empregados, atendendo a 100% do quadro próprio da Companhia.

A Companhia assegura aos seus empregados um amplo leque de atendimento no que tange à Medicina Ocupacional. Nesse sentido, mantém estrutura própria e descentralizada de médicos e enfermeiros do trabalho, além de outros profissionais especializados, atuando preventivamente nos aspectos relacionados à qualidade de vida no trabalho, e realizando exames médicos em diversas modalidades em padrões superiores ao mínimo legal exigido.

Está sendo implantado o Programa de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho - GSST, sistema de controle para a eliminação de riscos existentes no ambiente, atendimento à legislação, treinamento, padronização de atividades de risco, inspeções, estabelecimento de metas e campanha permanente, o qual está em plena consonância com as Diretrizes da Organização Internacional do Trabalho - OIT. Existe política definida para sua utilização, segundo a qual, em cada área de implantação, é realizado um diagnóstico, seguido de planejamento, controle periódico da operação, verificação, análise crítica anual e auditagem.

Com relação ao tratamento a empregados portadores de HIV/Aids, o controle de casos é feito independentemente de idade ou função, através do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO. Esse programa está em consonância com a NR7, do Ministério do Trabalho e Emprego, e com as diretrizes da OIT. Os empregados portadores de HIV/Aids são acompanhados e recebem reembolso de 90% dos gastos com medicamentos e 100% dos gastos com internamentos.

**5.3.4 Segurança e Saúde de Contratados**

Com o objetivo de reduzir o número de acidentes com terceiros, a Companhia está desenvolvendo algumas ações para prevenção de acidentes com a comunidade e com os contratados, dentre as quais destacam-se:

- Programa de integração para empreiteiros no início de obras;
- Encontro de segurança com proprietários de empreiteiras;
- Inspeções de segurança periódicas;
- Fiscalização sistemática por parte da Companhia tanto nos procedimentos como nas condições para realização dos trabalhos; e
- Controle estatístico de acidentes.

**5.4 Tecnologia da Informação**

Em 2005, a área de Tecnologia da Informação da Companhia voltou-se intensamente para a reestruturação de seus processos, buscando, com isso, obter expressiva melhoria nos níveis de seus controles internos. Esse esforço, alinhado intimamente às necessidades da Organização de adequar-se à Lei Sarbanes-Oxley, envolveu profissionais de TI, que trabalharam na remediação dos controles, muitos dos quais já implantados e em operação.

Essas iniciativas, além de atenderem às exigências da legislação, têm trazido benefícios para a Companhia, especialmente pelo fato de garantirem maior transparência e controle sobre os processos de TI.

**5.5 Auditoria**

**5.5.1 Auditoria Externa**

Nos termos estabelecidos pela instrução CVM n? 381, de 14.01.2003, a Controladora e suas subsidiárias integrais renovaram o contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Desde sua contratação, aquela Empresa não prestou serviços não relacionados à auditoria independente que superassem 5% do valor do contrato. No relacionamento com os auditores independentes, a Companhia tem como ponto fundamental a não-contratação de outros serviços de consultoria que venham interferir na independência dos trabalhos de auditoria externa.

Para atendimento dos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley, a partir de 2005, são auditadas as demonstrações financeiras pela auditoria interna e externa. Como medida de governança, os processos de auditorias internas são auditados pela auditoria externa.

### 6. DESEMPENHO OPERACIONAL

**6.1 Recursos**

Em 2005, devido às condições hidrológicas desfavoráveis a Geração nas usinas da empresa foi 3,6% inferior ao ano anterior, mesmo assim esta geração foi 7,2% acima da Energia Assegurada. Toda a geração acima da energia Assegurada é negociada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

**6.2 Mercado**

**6.2.1 Ambiente Regulado**

A Copel Geração vende a maior parte de sua energia no ambiente regulado (72,8%). O ano de 2005 foi o último ano dos Contratos Iniciais, que representaram 23% da energia vendida no ano. Os Contratos de leilão, CCEAR, substituem os Contratos Iniciais e representaram em 2005, 49% do total vendido pela Copel Geração. A Copel Geração que a princípio vendeu 8.584,8 GWh de CCEAR em 2005, terminou o ano com um faturamento 2% inferior, devido às devoluções resultantes do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit - MCSD.

**6.2.2 Ambiente Livre**

Em 2005 27,2% da energia vendida foi no ambiente livre através de Contratos Bilaterais para Consumidores Livres e concessionárias de Distribuição. O maior cliente é a CELESC, com 71% das vendas no Ambiente Livre. Consumidores Livres: Por exigência da Lei 10.848 de 15 de março de 2004, a partir de junho de 2005 houve a transferência de 12 Consumidores Livres da Copel Distribuição para a Copel Geração, estes consumidores foram responsáveis por 56% dos GWh faturados com os Consumidores Livres. A Copel Geração encerrou o ano de 2005 com 20 contratos com clientes livres, contra 9 contratos no ano anterior.

### 7. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

**7.1 Resultado**

Em 2005, a Copel Geração obteve lucro líquido de R$ 231,7 milhões, sendo 745,6% maior que o obtido no exercício anterior, de R$ 27,4 milhões. Tal resultado proporcionou um percentual de Rentabilidade do Patrimônio Líquido de 10,36%, representando aumento de 785,5% em relação a 2004.

Apontamos como principais motivos para este resultado:

1) Fornecimento de energia elétrica - Aumento da contratação da quantidade de energia e transferência por exigência da legislação de contratos de consumidores livres da Copel Distribuição para a Copel Geração;
2) Suprimento de energia elétrica - Início do faturamento da energia vendida por meio de contratos de leilão CCEAR e o aumento na quantidade contratada dos contratos bilaterais combinados com reajuste contratual médio de 5% a partir de agosto de 2005; e
3) Rendimento de aplicações financeiras e juros sobre direito de ressarcimento de geradores.

**7.2 LAJIDA ou EBITDA**

O Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização – LAJIDA ou EBITDA, totalizou R$ 525,3 milhões, superior em 57,0% ao apresentado em 2004 que foi de R$ 334,6 milhões.

| Rubrica | Em 2005 R$ mil | Em 2004 R$ mil |
|---|---|---|
| • Depreciação e amortização | 102.638 | 101.311 |
| • Resultado das Atividades | 422.655 | 233.310 |
| • EBTIDA | **525.293** | **334.621** |
| • Receita Operacional Líquida - ROL | 1.124.921 | 936.963 |
| • Margem do EBITDA %(1) | **46,7** | **35,7** |

(1) Ebitda/Receita Operacional Líquida

**7.3 Fluxo de Caixa**

| | 2005 | 2004 |
|---|---|---|
| **ATIVIDADES OPERACIONAIS** | | |
| **Lucro líquido do exercício** | **231.741** | **27.423** |
| **Despesas (receitas) que não afetam o caixa:** | | |
| Provisão (reversão da provisão) para créditos de liquidação duvidosa | 2.639 | (1.486) |
| Depreciação e amortização | 102.638 | 101.311 |
| Variações monetárias de longo prazo - líquidas | (37.344) | 126.271 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (8.533) | (2.245) |
| Provisões no exigível a longo prazo | 36.214 | 35.792 |
| Baixas de imobilizado em serviço - líquidas | 136 | 480 |
| | **95.750** | **260.123** |
| **Variações no ativo circulante** | | |
| Consumidores e revendedores | 84.579 | 28.335 |
| Serviços executados para terceiros | (1.113) | (505) |
| Serviços em curso | (2.507) | (353) |
| Impostos e contribuições sociais a compensar | 25.699 | (28.629) |
| Almoxarifado | (37) | (13) |
| Cauções e depósitos vinculados | (17.811) | 954 |
| Outros créditos | 620 | (975) |
| | **89.430** | **(1.186)** |
| **Variações no passivo circulante** | | |
| Fornecedores | 290.613 | 343.262 |
| Impostos e contribuições sociais | 20.313 | (16.785) |
| Folha de pagamento e provisões trabalhistas | 3.433 | 1.802 |
| Benefícios pós-emprego | (23.478) | (21.563) |
| Taxas regulamentares | (1.297) | 5.904 |
| Operações com derivativos | (124.629) | - |
| Outras contas a pagar | 6.297 | (119) |
| | **171.252** | **312.501** |
| **Aplicações no realizável a longo prazo** | | |
| Consumidores e revendedores | (110.000) | - |
| Impostos e contribuições sociais a compensar | (240) | (469) |
| Depósitos judiciais | (1.645) | (1.299) |
| Controladora e coligadas | - | (299.568) |
| | **(111.885)** | **(301.336)** |
| **Aumento do exigível a longo prazo** | | |
| Controladora e coligadas | 481.267 | - |
| | **481.267** | **-** |
| **Total das Atividades Operacionais** | **957.555** | **297.525** |
| **ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** | | |
| Aplicações no imobilizado | (20.957) | (18.325) |
| **Total das Atividades de Investimento** | **(20.957)** | **(18.325)** |
| **ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | | |
| Empréstimos e financiamentos | (463.012) | (135.161) |
| Juros sobre o capital próprio | (184.749) | (2.670) |
| **Total das Atividades de Financiamento** | **(647.761)** | **(137.831)** |
| **TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA** | **288.837** | **141.369** |
| Saldo inicial de caixa | 360.440 | 219.071 |
| Saldo final de caixa | 649.277 | 360.440 |
| **Variação no caixa** | **288.837** | **141.369** |

Nota: Demonstração em conformidade com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, aprovado pela Resolução Aneel nº 444/2001 publicada no D.O.U. em 29.10.2001.

### 8. DESEMPENHO AMBIENTAL

A gestão ambiental corporativa da Companhia é liderada por um comitê específico, cuja atribuição é de contribuir no planejamento estratégico da Companhia quanto às questões ambientais e representá-la nas suas relações interinstitucionais, subsidiando estudos, planos e relatórios relacionados ao setor de energia elétrica ou ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

Dentre os assuntos tratados nas reuniões do Comitê no ano de 2005 destacam-se: a) formação de um grupo de trabalho para tratar de auditoria ambiental; b) comunicação dos assuntos correlatos ao meio ambiente na internet e intranet às partes interessadas; e c) análise e tendências da implementação de um Sistema de Gestão de Sustentabilidade na Companhia e indicadores de meio ambiente por meio da formação de um subcomitê.

**8.1 Biodiversidade**

A localização e o tamanho das terras pertencentes à Companhia no que se refere as suas atividades de geração constam das tabelas a seguir:

| Usinas (Instalação) | Área Total (Em ha) | Área Alagada (Em ha) | Área situada em Habitat Rico em Biodiversidade (Em ha) | |
|---|---|---|---|---|
| • Apucaraninha | 137,3 | 50,0 | - | - |
| • Cavernoso | 10,3 | - | - | - |
| • Chaminé - Usina | 3.513,4 | 5,0 | 3.508,4 | Usina de Chaminé(1) |
| • Chaminé - Vossoroca | 1.080,3 | 1.016,3 | 64,0 | Represa de Vossoroca(1) |
| • Chopim I | 4,8 | - | - | - |
| • Figueira | 47,8 | - | - | - |
| • Foz do Areia | 15.184,6 | 12.248,6 | - | - |
| • GPS | 2.764,2 | 1.622,3 | 1.141,9 | - |
| • Guaricana | 816,6 | 434,5 | 382,1 | Usina de Guaricada(1) |
| • Foz do Chopim | 292,8 | 8,3 | - | Aeroporto |
| • Melissa | 9,3 | - | - | - |
| • Marumbi(1) | - | - | 23,0 | - |
| • Mourão | 1.856,9 | 1.296,9 | - | Parque Estadual Lago Azul |
| • Pitangui | 30,4 | 0,3 | - | - |
| • Salto do Vau | 143,0 | - | - | - |
| • São Jorge | 476,7 | 426,1 | - | - |
| • Segredo | 9.378,1 | 5.578,9 | - | - |
| • Três Bocas | 123,0 | - | - | - |
| **Total** | **35.869,5** | **22.687,2** | **5.119,4** | **-** |

(1) Áreas de relevante interesse ecológico, ainda sem uma proposta de aproveitamento definido

Um estudo mais recente, constante na próxima tabela, apresenta as áreas de propriedade da Companhia localizadas em unidades de conservação, baseado no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC:

| | Classificação SNUC | Municípios | Área (Em ha) |
|---|---|---|---|
| Unidade de uso sustentável | APA Estadual de Guaratuba | São José dos Pinhais e Tijucas do Sul | 3.513,34 |
| | | São José dos Pinhais e Guaratuba | 8.798,70 |
| | | Guaratuba, Morretes e São José dos Pinhais | 812,14 |
| | APA Estadual da Escarpa Devoniana | Ponta Grossa e Carambeí | 88,72 |
| | | Castro | 40,10 |
| | | **Total** | **13.253,00** |
| Unidade de proteção integral | Parque Estadual Pico do Marumbi | Morretes | 225,98 |
| | Parque Estadual Pico do Paraná | Antonina | 865,18 |
| | Parque Estadual do Lago Azul | Campo Mourão e Luiziana | 1.827,36 |
| | Estação Ecológica Tia Chica | Candói e Reserva do Iguaçu | 423,12 |
| | Estação Ecológica Rio dos Touros | Pinhão | 1.231,06 |
| | Parque Estadual Rio Guarani | Três Barras do Paraná | 2.235,00 |
| | | **Total** | **6.807,70** |
| | | **TOTAL GERAL** | **20.060,70** |

Como meta para 2006, serão identificados os imóveis pertencentes e administrados pela Companhia localizados em habitats ricos em biodiversidade nas demais atividades. A

# COPEL Geração

# COPEL GERAÇÃO S.A

Subsidiária Integral da
Companhia Paranaense de Energia - COPEL

ABRACONEE
Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica

**CNPJ/MF 04.370.282/0001-70**

**www.copel.com / copel@copel.com**

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2005

quantidade total de terras, sejam próprias e/ou arrendadas para atividades produtivas da Companhia, é:

| Produto | Imóveis (Quantidade) | Área (Em hectares) |
|---|---|---|
| Geração de energia | 5.137 | 65.708,39 |
| **Total** | **5.137** | **65.708,39** |

De forma generalizada, pode-se afirmar que a Companhia não possui áreas impermeabilizadas em habitats ricos em biodiversidade e não houve mudança nos habitats naturais resultantes das atividades e operações em 2004 e 2005.

Além disso, a Companhia tem como meta identificar e descrever os impactos de suas atividades em áreas protegidas ou sensíveis, definidas pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Paraná - SEMA, até dezembro de 2007.

Considerando a existência de quatro usinas hidrelétricas na Serra do Mar, tem-se ampliado o número de espécies das Listas Vermelhas com habitats em áreas afetadas pelas operações da Companhia. Dessa forma, estima-se que 48 espécies de vertebrados possuem como habitat a área dessas usinas.

A Companhia considera como áreas sensíveis, aquelas que devem ser prioritárias nos processos de conservação ambiental, bem como aquelas onde se deve estabelecer uma restrição na utilização, podendo ser consideradas:

- Áreas de Preservação Permanente, definidas pelo Código Florestal Brasileiro - Lei nº 4.771/65 e alterações subseqüentes - Lei nº 7.803/89, Medida Provisória 2166-67/2000, Resoluções CONAMA 302 e 303/2002.
- Unidades de Conservação, tanto as Unidades de Proteção Integral - Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre - quanto as de Uso Sustentável - Área de Proteção Ambiental - APA, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva do Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural - definidas pela Lei nº 9.985/2000.

Existem outras áreas, que sob ponto de vista técnico, podem ser consideradas sensíveis, devendo ter uma restrição legal para uso e ocupação, tais como grandes áreas do Vale do Ribeira, onde o solo existente possui uma maior susceptibilidade a processos erosivos dependendo do uso ao qual é destinado. Porém, devido à falta de definição legal, além de ausência de mapeamento adequado destas áreas, optou-se por considerar apenas as áreas protegidas pela legislação ambiental vigente.

### 8.2 Emissões, Efluentes e Resíduos

A unidade de produção termelétrica de Figueira emitiu em 2004, 147.189 toneladas de $CO_2$ (gás carbônico) em 2005, 164.338 toneladas obtidas através de estimativa da emissão.

A Companhia possui como meta monitorar a emissão dos demais gases causadores de efeito estufa a partir de 2006.

As emissões de Óxidos de Nitrogênio - NOx e Dióxido de Enxofre - $SO_2$, somente ocorrem na Usina Termelétrica de Figueira. Em 2005, a UTE Figueira emitiu 716 toneladas de NOx e 14.151 toneladas de $SO_2$. O cálculo foi estimado baseado em medições pontuais no processo de automonitoramento. A medição dessas emissões é realizada semestralmente como requisito da renovação da licença de operação da usina.

Quanto às emissões veiculares de NOx e Óxidos de Enxofre - SOx por motores diesel, pela mesma fonte, está sendo pesquisado seu método de determinação.

Segue a relação dos resíduos gerados nas atividades de manutenção e operação nas 17 usinas hidrelétricas, identificados por tipo, quantidade e destino.

| Tipo | Quantidade | Destino |
|---|---|---|
| Alumina ativada | 200 quilos | Co-processamento |
| Cunhas de fibra de vidro | 400 quilos | Co-processamento |
| Gaxeta de amianto | 720 quilos | Reciclagem |
| Mercúrio | 10 quilos | Reciclagem |
| Óleo Isolante | 600 litros | Re-refino |
| Óleo lubrificante | 600 litros | Re-refino |
| Resíduo líquido mix | 2.560 | Co-processamento |
| Resíduos sólidos contaminados | 15.870 quilos | Co-processamento |
| Sílica gel | 765 quilos | Co-processamento |
| Tintas | 600 quilos | Co-processamento |

O tratamento dado aos resíduos industriais classe I (perigosos) é diferenciado por tipo de resíduos, tais como o ascarel. O ascarel vem sendo sistematicamente eliminado na Copel através da substituição de todos os seus equipamentos atualmente cadastrados, que se encontram nas redes e subestações de distribuição. A quantidade atual é de 12,14 toneladas, acumulada nos últimos anos. O destino é a incineração em condições especiais com tocha de plasma a altas temperaturas para evitar que os produtos das emissões, altamente tóxicos, poluam mais o meio ambiente do que o próprio ascarel.

A quantidade total de ascarel, retirado das usinas em 2005, em função da troca de equipamentos, e que será transportado em 2006 é de aproximadamente 30 toneladas.

Realizou-se sistematicamente o monitoramento da descarga de efluentes industriais, em vários pontos de cada uma das usinas hidrelétricas e térmicas da Companhia, cujos resultados encontram-se dentro dos limites estabelecidos na Resolução Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA 357.

Os parâmetros físico-químicos analisados são: ferro, chumbo, cobre, manganês, mercúrio, pH, óleos e graxas. Os parâmetros microbiológicos analisados são: demanda química de oxigênio - DQO, demanda bioquímica de oxigênio - DBO, coliforme fecal e coliforme total.

Não foram detectados nem previstos nos processos, estudos, projetos e programas da Companhia, emissão indireta de gases causadores do efeito estufa.

### 8.3 Concordância com os Aspectos Legais

A Companhia não foi multada ou autuada em decorrência de questões ambientais. Apesar disso, há previsão de se incluir no Planejamento Estratégico, na função Meio Ambiente, um controle da quantidade de multas/autuações/embargos. Ressalte-se, ainda, que estão sendo desenvolvidas ações para dialogar com os órgãos ambientais, através da elaboração do Manual de Instruções Técnicas de Meio Ambiente - Áreas Verdes, elaboração de folder de orientação, dentre outras atividades.

### 8.4 Direitos Indígenas

As queixas e reclamações das comunidades indígenas são recebidas por meio do Ministério Público Federal. As reivindicações são repassadas à Companhia em reuniões para negociações e acordos. Quando necessário, são contratados profissionais para diagnóstico e certificação técnica das reivindicações da comunidade indígena. Quando as solicitações são avaliadas por uma equipe como procedentes, elabora-se plano de implementação das ações reivindicadas.

## 9. DESEMPENHO SOCIAL

### 9.1 Gestão de Pessoas

A Companhia vem redimensionando seu quadro funcional, admitindo em 2005, mediante concurso público, visando atender a substituição de pessoal terceirizado, com ênfase nas atividades técnico-operacionais.

Todo o quadro próprio da Companhia é contratado por meio de concurso público, com ampla possibilidade de participação de brasileiros natos ou naturalizados, independente de gênero, raça e crença. A Companhia destina vagas em seus concursos públicos para candidatos portadores de necessidades especiais e afro-descendentes.

### 9.1.1 Treinamento e Desenvolvimento

A Companhia conta com diversas formas de capacitação e aprimoramento continuado de seus empregados. Em grande parte, são cursos realizados internamente para suprir demandas geradas pela implementação de novas tecnologias e processos. Em 2005, foram realizados diversos eventos (cursos, seminários e palestras), sendo que a carga horária média/ano foi de 57,7 horas/empregado.

A Companhia também aplica uma consistente política em relação à formação de seus empregados com investimentos significativos nos cursos de pós-graduação, além de incentivar o auto-desenvolvimento destes por meio do programa de auxílio educação.

### 9.1.2 Política Salarial

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Controladora, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação dos empregados nos Lucros e/ou Resultados - PLR). A Controladora e a CENPRL, comissão especialmente constituída para essa finalidade, obtiveram avanços significativos no transcorrer das negociações realizadas em 2005, com o estabelecimento de metas empresariais e o alcance dos resultados negociados.

O Plano de Cargos e Salários da Controladora foi reestruturado em 2005, de maneira a refletir a realidade ocupacional na Companhia. Este serve de referência para a remuneração fixa, buscando a comparação dos salários praticados na Companhia com valores de mercado e aplicação da política salarial.

### 9.1.3 Benefícios

A manutenção e o aprimoramento de um amplo conjunto de benefícios aos empregados é um dos pontos fortes da organização. Dentre os benefícios concedidos diretamente pela Companhia, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação, antecipação do décimo terceiro salário, abono de férias, adiantamento de férias, auxílio-alimentação e refeição, auxílio-creche, auxílio a portadores de necessidades especiais, participação dos empregados nos lucros e/ou resultados, apólice de seguro de vida em grupo, flexibilidade de horários para empregados, além de inúmeros outros possibilitados pelo convênio entre a Companhia e o INSS.

Outro conjunto de benefícios, concedidos pela Companhia e administrados pela Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, do qual a Companhia é mantenedora, são: plano de previdência privada, complementando o valor da previdência oficial, e amplo plano de assistência médico-hospitalar e odontológica, dentre os melhores oferecidos pelo mercado.

### 9.1.4 Qualidade de Vida no Trabalho

Dentro do Processo de Qualidade de Vida no Trabalho, foi implementado, em caráter experimental na Região de Curitiba, o programa Energia e Saúde, com atividades de ginástica laboral dirigidas a todos os empregados, envolvendo atividades de condicionamento físico, contemplando atividades anti-stress, além dos "aulões" realizados em datas específicas (Páscoa, Natal) visando a integração dos empregados. O programa Energia e Saúde será estendido às demais localidades em 2006.

Outra ação que merece destaque no Processo de Qualidade de Vida no Trabalho foi a realização de palestras sobre educação financeira, disponibilizada a todos os empregados para que estes estejam mais aptos a administrar o seu orçamento financeiro.

Também foi disponibilizado na intranet o Guia do Serviço Social, contendo informações básicas sobre os serviços sociais oferecidos à comunidade de um modo geral, além de informações sobre os principais benefícios e serviços oferecidos pela Fundação Copel, governo, previdência social, iniciativa privada e entidades não-governamentais.

### 9.1.5 Liberdade de Associação e Negociação Coletiva

A totalidade dos empregados da Companhia é representada nas relações de trabalho por meio de sindicatos independentes. A legislação brasileira estabelece que essas entidades podem organizar-se por categoria e base territorial (município).

A Companhia mantém estreito relacionamento com todas as 17 entidades representativas dos empregados: sindicatos de categorias de base (eletricitários) e categorias profissionais e/ou diferenciadas. A direção sindical tem livre acesso às gerências locais e a todas as instalações da Companhia a fim de levar aos empregados comunicações de seu interesse, além do canal formal direto com a área de Recursos Humanos.

Além dos aspectos legais atinentes ao estabelecimento do Acordo Coletivo anual, que vigora de outubro a setembro, as partes discutem ainda a reposição da inflação do período, alterações nos benefícios, reavaliação dos demais itens de natureza administrativa, novas conquistas, dentre outros. Além disso, são realizadas reuniões periódicas para o tratamento das questões trabalhistas e para o estreitamento das relações.

A participação dos empregados nas negociações tem papel de fundamental importância, e vai desde a presença nas assembléias sindicais para a elaboração da pauta de reivindicações, até a deliberação da categoria pela aceitação ou rejeição da proposta da Companhia. A Companhia também incentiva a participação dos empregados em conselhos, órgãos de classe, associações profissionais, entre outras entidades.

### 9.2 Balanço Social Anual - Modelo IBASE

**Em 31 de dezembro de 2005 e de 2004**
(Valores expressos em milhares de reais)

| | | | | | | Geração | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 2005 | | | | 2004 |
| | **1 - BASE DE CÁLCULO** | | | | | | | | |
| NE 23 e 24 | **Receita Líquida - RL** | **1.124.921** | | | | **936.963** | | | |
| (1) | **Resultado Operacional - RO** | **286.302** | | | | **39.153** | | | |
| (2) | **Folha de Pagamento Bruta - FPB** | **80.343** | | | | **69.570** | | | |
| | **Valor Adicionado Total - VAT** | **898.313** | | | | **566.602** | | | |
| | **2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS** | | **% Sobre:** | | | | **% Sobre:** | | |
| | | | **FPB** | **RL** | **VAT** | | **FPB** | **RL** | **VAT** |
| | **Alimentação** (Auxílio alimentação e outros) | **4.809** | 5,99 | 0,43 | 0,54 | **4.331** | 6,23 | 0,46 | 0,76 |
| NE 26 | **Encargos sociais compulsórios** | **19.612** | 24,41 | 1,74 | 2,18 | **16.820** | 24,18 | 1,79 | 2,97 |
| NE 27 | **Previdência privada** | **12.934** | 16,10 | 1,15 | 1,44 | **22.390** | 32,18 | 2,38 | 3,94 |
| | **Saúde** (Convênio assistencial) | **2.972** | 3,70 | 0,26 | 0,33 | **2.695** | 3,87 | 0,29 | 0,48 |
| | **Segurança e medicina no trabalho** | **306** | 0,38 | 0,03 | 0,03 | **263** | 0,38 | 0,03 | 0,05 |
| | **Educação** | **220** | 0,27 | 0,02 | 0,02 | **260** | 0,37 | 0,03 | 0,05 |
| | **Cultura** | **187** | 0,23 | 0,02 | 0,02 | **237** | 0,34 | 0,03 | 0,04 |
| | **Capacitação e desenvolvimento profissional** | **1.265** | 1,57 | 0,11 | 0,14 | **1.117** | 1,61 | 0,12 | 0,20 |
| | **Auxílio creche** | **57** | 0,07 | 0,01 | 0,01 | **49** | 0,07 | 0,01 | 0,01 |
| NE 26 | **Participação nos lucros e/ou resultados** | **4.821** | 6,00 | 0,43 | 0,54 | **3.052** | 4,39 | 0,33 | 0,54 |
| | **Outros benefícios** | **280** | 0,36 | 0,02 | 0,03 | **36** | 0,05 | - | 0,01 |
| | **Total** | **47.463** | 59,08 | 4,22 | 5,28 | **51.250** | 73,67 | 5,47 | 9,05 |
| | **3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS** | | **% Sobre:** | | | | **% Sobre:** | | |
| | | | **RO** | **RL** | **VAT** | | **RO** | **RL** | **VAT** |
| | **Educação** | **542** | **0,19** | **0,05** | **0,06** | **416** | **1,06** | **0,04** | **0,07** |
| | Escolas nas Usinas e outros | 542 | 0,19 | 0,05 | 0,06 | 416 | 1,06 | 0,04 | 0,07 |
| | **Cultura** | **774** | **0,27** | **0,07** | **0,10** | **292** | **0,75** | **0,03** | **0,05** |
| | **Saúde e saneamento** | **1.750** | **0,62** | **0,16** | **0,19** | **1.053** | **2,69** | **0,11** | **0,19** |
| | Programa Reassentamento de famílias | 1.750 | 0,61 | 0,16 | 0,19 | 1.053 | 2,69 | 0,11 | 0,19 |
| | **Esporte** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| | **Combate à fome e segurança alimentar** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| | **Outros** | **34** | **-** | **-** | **-** | **71** | **0,18** | **0,01** | **0,01** |
| | Doações diversas | 3 | - | - | - | 71 | 0,18 | 0,01 | 0,01 |
| | Implantação GRI/AA1000 | 31 | 0,01 | - | - | - | - | - | - |
| | **Total das contribuições para a sociedade** | **3.100** | **1,08** | **0,28** | **0,35** | **1.832** | **4,68** | **0,19** | **0,32** |
| DVA | **Tributos (excluídos encargos sociais)** | **278.424** | **97,25** | **24,75** | **30,99** | **183.479** | **468,62** | **19,58** | **32,38** |
| | **Total** | **281.524** | **98,33** | **25,03** | **31,34** | **185.311** | **473,30** | **19,77** | **32,70** |
| | **4 - INDICADORES AMBIENTAIS** | | **% Sobre:** | | | | **% Sobre:** | | |
| | | | **RO** | **RL** | **VAT** | | **RO** | **RL** | **VAT** |
| | **Investimentos relacionados com as operações da empresa** | **9.835** | **3,44** | **0,87** | **1,09** | **4.378** | **11,18** | **0,47** | **0,78** |
| NE 29 | Progr. Pesquisa e Desenvolvimento e Desenvolvimento Tecnológico e Ind. | 9.110 | 3,18 | 0,81 | 1,01 | 3.671 | 9,28 | 0,39 | 0,65 |
| | Gestão de resíduos | 246 | 0,09 | 0,02 | 0,03 | 98 | 0,25 | 0,01 | 0,02 |
| | Programas de proteção de Fauna e Flora | 479 | 0,17 | 0,04 | 0,05 | 609 | 1,56 | 0,06 | 0,11 |
| | **Investimentos em programas e/ou projetos externos** | **71** | **0,02** | **0,01** | **0,01** | **304** | **0,78** | **0,03** | **0,05** |
| | Educação Ambiental e Museu Reg. Iguaçu | 71 | 0,02 | 0,01 | 0,01 | 304 | 0,78 | 0,03 | 0,05 |
| | **Total** | **9.906** | **3,46** | **0,88** | **1,10** | **4.682** | **11,96** | **0,50** | **0,83** |
| | **Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa** | | ( ) não possui metas<br>( ) cumpre de 51 a 75%<br>( ) cumpre de 0 a 50%<br>( X ) cumpre de 76 a 100% | | | | ( ) não possui metas<br>( ) cumpre de 51 a 75%<br>( ) cumpre de 0 a 50%<br>( X ) cumpre de 76 a 100%" | | |
| | **5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL** | | | | | | | | |
| | **Empregados no final do período** | **921** | | | | **815** | | | |
| | **Escolaridade dos empregados(as):** | Total | Homens | Mulheres | | Total | Homens | Mulheres | |
| | Total Superior e extensão universitária | **419** | 312 | 107 | | **369** | 273 | 96 | |
| | Total 2º Grau | **459** | 396 | 63 | | **412** | 352 | 60 | |
| | Total 1º Grau | **43** | 37 | 6 | | **34** | 31 | 3 | |
| | **Faixa etária dos empregados(as):** | | | | | | | | |
| | Abaixo de 30 anos | **111** | | | | **31** | | | |
| | De 30 até 45 anos (exclusive) | **431** | | | | **444** | | | |
| | Acima de 45 anos | **379** | | | | **340** | | | |
| | **Admissões durante o período** | **124** | | | | **31** | | | |
| | **Mulheres que trabalham na empresa** | **176** | | | | **159** | | | |
| | **% Mulheres em cargos gerenciais:** | | | | | | | | |
| | em relação ao nº total de mulheres | **4,0** | | | | **3,8** | | | |
| | em relação ao nº total de gerentes | **14,0** | | | | **14,6** | | | |
| | **Negros(as) que trabalham na empresa** | **53** | | | | **45** | | | |
| | **% Negros(as) em cargos gerenciais:** | | | | | | | | |
| | em relação ao nº total de negros(as) | **-** | | | | - | | | |
| | em relação ao nº total de gerentes | **-** | | | | **-** | | | |
| (3) | **Portadores(as) de necessidades especiais** | **9** | | | | **14** | | | |
| | **Dependentes** | **1.789** | | | | **1.745** | | | |
| | **Estagiários(as)** | **75** | | | | **40** | | | |
| | **Nº de Terceirizados(as)** | **ND** | | | | **414** | | | |

| | | 2005 | Metas 2006 |
|---|---|---|---|
| | **6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL** | | |
| (4) | **Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa** | **26,7** | **26,7** |
| (5) | **Número total de Acidentes de Trabalho** | **17** | **ND** |
| | Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: | **direção** | **direção** |
| | Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: | **todos(as) + Cipa** | **todos(as) + Cipa** |
| | Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa: | **segue as normas da OIT** | **seguirá as normas da OIT** |
| | A previdência privada contempla: | **todos(as) empregados(as)** | **todos(as) empregados(as)** |
| | A participação dos lucros ou resultados contempla: | **todos(as) empregados(as)** | **todos(as) empregados(as)** |
| | Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa: | **são sugeridos** | **serão exigidos** |
| | Quanto à participação dos empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa: | **apóia** | **apoiará** |
| | **Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):** | | |
| | na empresa | **NA** | **NA** |
| | no Procon | **NA** | **NA** |
| | na Justiça | **NA** | **NA** |
| | **% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:** | | |
| | na empresa | **NA** | **NA** |
| | no Procon | **NA** | **NA** |
| | na Justiça | **NA** | **NA** |
| | | **2005** | **2004** |
| | **Distribuição do Valor Adicionado (DVA) :** | | |
| | Pessoal | **9,7%** | **14,9%** |
| | Governo | **32,7%** | **34,6%** |
| | Financiadores | **31,8%** | **45,7%** |
| | Acionistas | **14,5%** | **3,1%** |
| | Retido | **11,3%** | **1,7%** |

**7 - OUTRAS INFORMAÇÕES**

**A Copel Geração não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.**

**Nossa companhia valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.**

**Para maiores esclarecimentos sobre as informações declaradas:**

**Superintendência de Gestão Contábil/CTGR** - tel 41 3331-2123

**Notas:**

**NA - Não se aplica**

**ND - Não Disponível**

**NE - Nota Explicativa**

(1) De acordo com o Ibase, devemos reportar aqui o Resultado Operacional que, no caso da Copel Geração, é o Lucro Operacional, ou seja, o lucro antes do resultado não operacional e dos impostos;

(2) Na composição da FPB foram considerados salários, férias, gratificações,13º, INSS, FGTS e outros itens relacionados, efetivamente pagos pela companhia no ano, incluídos nas despesas operacionais e/ou transferidos para imobilizado em curso, conforme atual definição do Ibase;

(3) O nº de portadores de necessidades especiais em 2004 compreendia terceirizados que trabalhavam para a Companhia no Call Center e digitalização, atividades que foram primarizadas, através de concursos públicos em 2005, gerando a diminuição observada nestes dados;

(4) Para este cálculo consideramos como remuneração além do salário nominal, o Adicional por Tempo de Serviço, item também incluído na folha de pagamento, o que acaba por aumentar o valor da relação, já que novos empregados (admitidos no ano) não têm direito a este adicional;

(5) Para o número de acidentes totais em 2005, foram consideradas ocorrências com empregados, contratados e acidentes na comunidade. Já para 2006, a meta para acidentes na comunidade é zero, e foi demonstrada no balanço social da Controladora, portanto, não disponível por subsidiária.

## 10. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o bom desempenho e o lucro de R$ 231,7 milhões obtidos pela Companhia neste ano provêm do constante apoio recebido das partes interessadas com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos senhores acionistas, aos nossos clientes e fornecedores, aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, ao Governo do Estado e demais poderes públicos e à comunidade pela confiança depositada em nossa Companhia.

Agradecemos especialmente a nossos empregados por seu empenho e dedicação, que por mais de 51 anos têm transformado nossa Companhia numa empresa que é motivo de orgulho para o Estado do Paraná.

Curitiba, 27 de março de 2006.

# COPEL GERAÇÃO S.A

Subsidiária Integral da
Companhia Paranaense de Energia - COPEL

ABRACONEE
Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica

**CNPJ/MF 04.370.282/0001-70**

**www.copel.com / copel@copel.com**

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

(Valores expressos em milhares de reais)

## BALANÇO PATRIMONIAL

| ATIVO | NE | 2005 | 2004 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Disponibilidades | 5 | 649.277 | 360.440 |
| Consumidores e revendedores, líquidos | 6 | 159.845 | 235.251 |
| Serviços executados para terceiros, líquidos | 7 | 1.114 | 1.970 |
| Serviços em curso | | 3.387 | 880 |
| Impostos e contribuições sociais a compensar | 8 | 11.955 | 37.520 |
| Almoxarifado | | 51 | 14 |
| Cauções e depósitos vinculados | 10 | 22.442 | 4.631 |
| Outros créditos | 11 | 6.587 | 7.035 |
| | | **854.658** | **647.741** |
| **Realizável a Longo Prazo** | | | |
| Consumidores e revendedores | 6 | 140.840 | 26.692 |
| Impostos e contribuições sociais | 8 | 57.992 | 49.352 |
| Depósitos judiciais | 21 | 6.807 | 5.162 |
| Coligadas, controladas e controladora | 12 | 37.829 | 519.096 |
| Outros créditos | 11 | 4.586 | 3.929 |
| | | **248.054** | **604.231** |
| **Permanente** | | | |
| Investimentos | 13 | 4.150 | 4.150 |
| Imobilizado | 14 | 2.922.280 | 3.002.469 |
| | | **2.926.430** | **3.006.619** |
| **Total do Ativo** | | **4.029.142** | **4.258.591** |

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | NE | 2005 | 2004 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 15 | 54.957 | 467.320 |
| Fornecedores | 16 | 818.528 | 527.915 |
| Impostos e contribuições sociais | 8 | 31.722 | 11.409 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | | 75.471 | 130.254 |
| Folha de pagamento e provisões trabalhistas | 17 | 17.897 | 14.464 |
| Benefício pós-emprego | 18 | 26.188 | 24.478 |
| Taxas regulamentares | 19 | 15.588 | 15.297 |
| Operações com derivativos | | - | 124.629 |
| Outras contas a pagar | 20 | 9.428 | 816 |
| | | **1.049.779** | **1.316.582** |
| **Exigível a Longo Prazo** | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 15 | 353.930 | 427.992 |
| Provisões para contingências | 21 | 64.321 | 38.523 |
| Fornecedores | 16 | 889 | 889 |
| Benefício pós-emprego | 18 | 91.819 | 104.073 |
| Taxas regulamentares | 19 | - | 1.588 |
| | | **510.959** | **573.065** |
| **Patrimônio Líquido** | | | |
| Capital social | 22 | 2.338.932 | 2.338.932 |
| Reservas de lucros | 22 | 129.472 | 30.012 |
| | | **2.468.404** | **2.368.944** |
| **Total do Passivo e do Patrimônio Líquido** | | **4.029.142** | **4.258.591** |

As notas explicativas da administração - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

| | NE | 2005 | 2004 |
|---|---|---|---|
| **Receita Operacional** | | | |
| Fornecimento de energia elétrica | 23 | 98.435 | 37.319 |
| Suprimento de energia elétrica | 23 | 1.153.658 | 972.042 |
| Outras receitas operacionais | 23 | 21.470 | 15.715 |
| | | **1.273.563** | **1.025.076** |
| **Deduções da Receita Operacional** | 24 | **(148.642)** | **(88.113)** |
| **Receita Operacional Líquida** | | **1.124.921** | **936.963** |
| **Custo do Serviço de Energia Elétrica** | | | |
| **Custo com energia elétrica** | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | 25 | (77.204) | (75.727) |
| Encargos de uso da rede elétrica | | (127.108) | (59.606) |
| | | **(204.312)** | **(135.333)** |
| **Custo de operação** | | | |
| Pessoal | 26 | (11.820) | (11.518) |
| Planos previdenciário e assistencial | 27 | (2.174) | (4.110) |
| Material | | (3.598) | (3.397) |
| Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica | 28 | (132.561) | (248.496) |
| Serviços de terceiros | | (14.788) | (13.534) |
| Depreciação e amortização | | (100.168) | (99.232) |
| Tributos | | (942) | (78) |
| Outros custos de operação | | (1.231) | (1.990) |
| | | **(267.282)** | **(382.355)** |
| | | **(471.594)** | **(517.688)** |
| **Lucro Operacional Bruto** | | **653.327** | **419.275** |
| **Despesas Operacionais** | | | |
| Despesas com vendas | 29 | (2.303) | 1.486 |
| Despesas gerais e administrativas | 29 | (127.417) | (119.434) |
| Outras despesas operacionais | 29 | (100.952) | (68.017) |
| | | **(230.672)** | **(185.965)** |
| **Resultado do Serviço** | | **422.655** | **233.310** |
| **Resultado Financeiro** | | | |
| Receitas financeiras | 30 | 101.575 | 40.849 |
| Despesas financeiras | 30 | (237.928) | (235.006) |
| | | **(136.353)** | **(194.157)** |
| **Lucro Operacional** | | **286.302** | **39.153** |
| **Resultado Não Operacional** | | **(4)** | **456** |
| **Lucro antes do Imp. Renda e Contr. Social** | | **286.298** | **39.609** |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social** | | | |
| Imposto de renda | | (39.888) | (8.866) |
| Contribuição social | | (14.669) | (3.320) |
| **Lucro Líquido do Período** | | **231.741** | **27.423** |

As notas explicativas da administração - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| | Capital social | Reserva legal | Reserva de retenção de lucros | Lucros acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2003** | **2.338.932** | **10.898** | **17.743** | **-** | **2.367.573** |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 374.148 | 374.148 |
| Destinação proposta à A.G.O.: | | | | | |
| Reserva legal | - | 1.371 | - | (1.371) | - |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | (17.800) | (17.800) |
| Dividendos | - | - | - | (8.252) | (8.252) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2004** | **2.338.932** | **12.269** | **17.743** | **-** | **2.368.944** |
| Ajuste de exercícios anteriores - NE 20 | - | - | - | (2.315) | (2.315) |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 231.741 | 231.741 |
| Destinação proposta à A.G.O.: | | | | | |
| Reserva legal | - | 11.587 | - | (11.587) | - |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | (129.966) | (129.966) |
| Reserva para investimentos | - | - | 87.973 | (87.873) | - |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2005** | **2.338.932** | **23.856** | **105.616** | **-** | **2.468.404** |

As notas explicativas da administração - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

| | 2005 | 2004 |
|---|---|---|
| **ORIGENS** | | |
| **Das operações** | | |
| **Lucro líquido do exercício** | **231.741** | **27.423** |
| **Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:** | | |
| Depreciação e amortização | 102.638 | 101.311 |
| Variações monetárias de longo prazo - líquidas | (37.344) | 126.271 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (8.533) | (2.245) |
| Provisões no exigível a longo prazo | 36.214 | 35.792 |
| Baixas de imobilizado em serviço - líquidas | 136 | 480 |
| | **93.111** | **261.609** |
| | **324.852** | **289.032** |
| **De terceiros** | | |
| Controladora e coligadas | 481.267 | - |
| Realizáveis a longo prazo transferidos para o circulante: | | |
| Consumidores e revendedores | 9.782 | 9.062 |
| ICMS a recuperar | 134 | 52 |
| Despesas pagas antecipadamente | 233 | 233 |
| | **491.416** | **9.347** |
| **Da redução do capital circulante líquido** | **-** | **725.250** |
| **TOTAL DAS ORIGENS** | **816.268** | **1.023.629** |
| **APLICAÇÕES** | | |
| **Na distribuição de dividendos** | **129.966** | **26.052** |
| **No imobilizado** | **20.957** | **18.325** |
| **No realizável a longo prazo** | | |
| Consumidores e revendedores | 549 | - |
| Consumidores e revendedores (Copel Distribuição) - reclassificação do circulante | 109.451 | - |
| Impostos e contribuições sociais a compensar | 240 | 469 |
| Depósitos judiciais | 1.645 | 1.299 |
| Controladora e coligadas | - | 299.568 |
| | **111.885** | **301.336** |
| **Exigíveis a longo prazo transferidos para o circulante:** | | |
| Empréstimos e financiamentos | 50.649 | 530.109 |
| Benefícios pós-emprego | 25.188 | 23.178 |
| Operações com derivativos | - | 124.629 |
| Impostos, contribuições sociais e outras contas a pagar | 3.903 | - |
| | **79.740** | **677.916** |
| **No aumento do capital circulante líquido** | **473.720** | **-** |
| **TOTAL DAS APLICAÇÕES** | **816.268** | **1.023.629** |
| **Demonstração da variação do capital circulante líquido** | | |
| Ativo circulante inicial | 647.741 | 494.353 |
| Passivo circulante inicial | 1.316.582 | 437.944 |
| **Capital circulante líquido inicial** | **(668.841)** | **56.409** |
| Ativo circulante final | 854.658 | 647.741 |
| Passivo circulante final | 1.049.779 | 1.316.582 |
| **Capital circulante líquido final** | **(195.121)** | **(668.841)** |
| **Aumento (redução) do capital circulante líquido** | **473.720** | **(725.250)** |

As notas explicativas da administração - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.
A NE nº 34 apresenta o detalhamento desta demonstração contábil.

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

| | NE | 2005 | 2004 |
|---|---|---|---|
| **Receitas** | | | |
| Venda de energia, serviços e outras receitas | 23 | 1.273.563 | 1.025.076 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | (2.303) | 1.486 |
| Resultado não operacional | | (4) | 456 |
| **Total** | | **1.271.256** | **1.027.018** |
| **( - ) Insumos aquiridos de terceiros** | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | 25 | 77.204 | 75.727 |
| Encargos de uso da rede elétrica e transporte | | 127.108 | 59.606 |
| Material, insumos e serviços de terceiros | | 183.860 | 300.226 |
| Outros insumos | | 33.269 | 1.776 |
| **Total** | | **421.441** | **437.335** |
| **( = ) VALOR ADICIONADO BRUTO** | | **849.815** | **589.683** |
| **( - ) Depreciação e amortização** | | **102.638** | **101.311** |
| **( = ) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO** | | **747.177** | **488.372** |
| **( + ) Valor Adicionado Transferido** | | | |
| Receitas financeiras | | 151.136 | 78.230 |
| **Total** | | **151.136** | **78.230** |
| **VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR** | | **898.313** | **566.602** |

| | NE | 2005 | % | 2004 | % |
|---|---|---|---|---|---|
| **DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO :** | | | | | |
| **Pessoal** | | | | | |
| Remunerações | 26 | 61.132 | | 52.902 | |
| Planos previdenciário e assistencial | 27 | 15.655 | | 24.865 | |
| Auxílio alimentação e educação | 26 | 4.210 | | 3.713 | |
| Encargos sociais - FGTS | 26 | 4.702 | | 4.026 | |
| Indenizações trabalhistas | 26 | 263 | | 79 | |
| Participação nos lucros e/ou resultados | 26 | 4.821 | | 3.052 | |
| Transferências para imobilizado em curso | 26 | (3.394) | | (4.025) | |
| **Total** | | **87.389** | **9,7** | **84.612** | **14,9** |
| **Governo** | | | | | |
| **Impostos Federais:** | | **275.769** | | **193.288** | |
| Encargos sociais - INSS | 26 | 14.910 | | 12.794 | |
| Imposto de renda e contribuição social | 32 | 54.557 | | 12.186 | |
| Pasep | 24 | 15.029 | | 10.241 | |
| Cofins | 24 | 77.422 | | 47.652 | |
| Taxas regulamentares | | 67.784 | | 63.578 | |
| RGR | 24 | 38.626 | | 27.235 | |
| CPMF e IOF | 30 | 5.529 | | 4.934 | |
| Provisão para tributos federais | 30 | - | | 13.000 | |
| Tributos s/ rec. financeira (Pasep/Cofins) | 30 | - | | 79 | |
| Outros tributos | | 1.912 | | 1.589 | |
| **Impostos Estaduais e Municipais:** | | **17.565** | | **2.985** | |
| ICMS | 24 | 17.252 | | 2.839 | |
| ISSQN | 24 | 313 | | 146 | |
| **Total** | | **293.334** | **32,7** | **196.273** | **34,6** |
| **Financiadores** | | | | | |
| Juros e variações monetárias | | 281.960 | | 254.374 | |
| Aluguéis | | 3.889 | | 3.920 | |
| **Total** | | **285.849** | **31,8** | **258.294** | **45,7** |
| **Acionistas** | | | | | |
| Remuneração do capital próprio | 22 | 129.966 | | 17.800 | |
| Lucros retidos | | 101.775 | | 9.623 | |
| **Total** | | **231.741** | **25,8** | **27.423** | **4,8** |
| | | **898.313** | **100,0** | **566.602** | **100,0** |
| **Valor Adicionado ( médio ) por empregado** | | **1.035** | | **702** | |
| **Taxa de contribuição do patrimônio líquido - %** | | **36,4** | | **23,9** | |
| **Taxa de geração de riqueza - %** | | **22,3** | | **13,3** | |
| **Taxa de retenção de riqueza - %** | | **11,3** | | **1,7** | |

Nota: Demonstração em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 3.7 aprovada pela Resol. CFC nº 1.010 publicada no D.O.U. em 25.01.2005.

As notas explicativas da administração - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

# COPEL GERAÇÃO S.A

Subsidiária Integral da
Companhia Paranaense de Energia - COPEL

**CNPJ/MF 04.370.282/0001-70**

**www.copel.com / copel@copel.com**

## NOTAS EXPLICATIVAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 1 Contexto Operacional

A Copel Geração S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel, com um capital social de R$ 2.338.932 mil representados por 2.338.932 mil ações, todas ordinárias sem valor nominal, subscritas e integralizadas.

### 2 Ramo de Atividade

a) Explorar o serviço de geração de energia elétrica, objeto dos contratos de concessão firmados com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, produzindo energia elétrica, com segurança e confiabilidade, preservando o meio ambiente e maximizando a rentabilidade dos seus serviços;

b) Planejar a expansão e a operação, comercializar energia e potência, coordenar, executar a utilização dos recursos energéticos disponíveis na Companhia, estabelecendo diretrizes e regras operativas com vistas a garantir o melhor desempenho da operação hidráulica e energética, de modo a assegurar maior rentabilidade no negócio geração;

c) Desenvolver atividades voltadas à consultoria, projeto, planejamento, gestão e implementação de empreendimentos de engenharia; elaborar estudos, inventários e viabilidades de impacto ambiental; gestão da implementação de programas ambientais; e serviços de engenharia, contratação e construção pelo sistema EPC *(engineering, procurement and construction)*;

d) Realizar serviços relativos à operação e manutenção de usinas, bem como comissionamento e consultoria em Engenharia de Manutenção, prestar consultoria em planejamento hidroenergético e comercialização de energia;

e) Comercializar gás natural ou outro combustível adquirido por contrato e não utilizado para geração de energia, bem como comercializar os subprodutos resultados do processamento dos combustíveis utilizados nas usinas termelétricas da Companhia.

### 3 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conjugadas com a legislação específica da Aneel e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - Ibracon e do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento aos ditames contidos no Ofício-circular ANEEL/SFF n.º 2218, de 23.12.2005.

As principais reclassificações realizadas pela Companhia nas demonstrações contábeis de 31.12.2004 estão relacionadas a seguir:

| De | | Para | | Valor |
|---|---|---|---|---|
| **AC** | Impostos e contribuições sociais | **PC** | Impostos e contribuições sociais | 3.144 |
| **DRE** | Pessoal [1] | **DRE** | Outras despesas operacionais | 2.078 |

**AC** = Ativo circulante **PC** = Passivo circulante **DRE** = Demonstração do resultado

[1] Reversão de provisões para contingências trabalhistas

### 4 Principais Práticas Contábeis

**a) Aplicações financeiras**

Estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até 31.12.2005.

**b) Consumidores e revendedores**

Englobam o fornecimento e o suprimento de energia faturada até o encerramento do balanço, contabilizados como base no regime de competência.

**c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD**

A PCLD está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

**d) Materiais em estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados pelo custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição (os bens de massa são registrados pelo custo médio). Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

**e) Investimentos**

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição.

**f) Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE n.º 815, de 30.11.1994, complementada pela Resolução Aneel n.º 015, de 24.12.1997. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução Aneel n.º 44, de 17.03.1999, apresentadas na nota 14.

Os gastos de administração central são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Os encargos financeiros, os juros e efeitos inflacionários incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao imobilizado em andamento, são apropriados às imobilizações em curso durante o período de construção.

**g) Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pelas variações monetárias e cambiais incorridas até a data do balanço, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente.

**h) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

São calculados com base nas alíquotas efetivas de imposto de renda e de contribuição social, reconhecido o diferimento em função das diferenças intertemporais e prejuízos fiscais.

**i) Planos previdenciário e assistencial**

Os custos associados aos planos previdenciário e assistencial junto à Fundação Copel são reconhecidos em conformidade com a Deliberação CVM n.º 371, de 13.12.2000.

**j) Provisões para contingências**

Estão registradas até a data do balanço pelo montante provável de perda, observada a natureza de cada contingência. Os fundamentos e a natureza das provisões estão descritos na nota 21.

**k) Outros direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo, quando legal ou contratualmente exigidos, estão atualizados até a data do balanço.

**l) Uso de estimativas**

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com os princípios de contabilidade adotados no Brasil requer que a Administração da Companhia faça estimativas e premissas que de fato afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data do balanço patrimonial e os valores reportados de receitas e despesas. Os resultados concretos desses fatos podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil do imobilizado, provisão para contingências, imposto de renda, premissas de plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego e transações envolvendo a compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que são reconhecidas com base nas estimativas e o faturamento e liquidação final estão sujeitos a revisão dos participantes da CCEE.

**m) Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

**n) Operação de hedge de moeda**

As perdas e ganhos líquidos não realizados relacionados à operação de hedge de moeda, apurados com base nas taxas pactuadas, são reconhecidos, em atendimento ao regime de competência de exercícios, na conta do exigível a longo prazo, na rubrica "Operações com Derivativos" em contrapartida à conta "Despesas financeiras" (nota 30).

### 5 Disponibilidade

| Agente Financeiro | Tipo de Aplicação | Vencimento | Remuneração % | 2005 | 2004 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Caixa e bancos** | - | - | - | **8.542** | **4.095** |
| **Aplicações financeiras** | | | | | |
| Banco do Brasil | CDB DI | 18.dez.06 | 100,00 | 20.268 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 05.fev.07 | 100,00 | 2.660 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 06.fev.07 | 100,00 | 5.129 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 21.fev.07 | 100,00 | 3.472 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 23.fev.07 | 100,00 | 1.849 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 26.fev.07 | 100,00 | 5.773 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 06.mar.07 | 100,00 | 8.051 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 07.mar.07 | 100,00 | 2.298 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 16.mai.07 | 100,00 | 892 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 17.mai.07 | 100,00 | 15.323 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 16.mai.07 | 100,00 | 10.010 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 01.jun.07 | 100,00 | 8.870 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 15.jun.07 | 100,00 | 11.001 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 20.jun.07 | 100,00 | 9.887 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 22.jun.07 | 100,00 | 2.194 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 28.jun.07 | 100,00 | 26.640 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 29.jun.07 | 100,00 | 12.026 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 18.jul.07 | 100,00 | 11.914 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 19.jul.07 | 100,00 | 1.623 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 20.jul.07 | 100,00 | 4.325 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 23.jul.07 | 100,00 | 3.239 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 28.jul.07 | 100,00 | 20.282 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 27.jul.07 | 100,00 | 22.632 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 03.ago.07 | 100,00 | 19.331 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 13.ago.07 | 100,00 | 11.763 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 16.ago.07 | 100,00 | 16.006 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 27.ago.07 | 100,00 | 1.804 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 27.ago.07 | 100,00 | 5.835 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 14.set.07 | 100,00 | 5.569 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 19.set.07 | 100,00 | 8.403 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 19.set.07 | 100,00 | 3.147 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 26.set.07 | 100,00 | 7.844 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 27.set.07 | 100,00 | 24.565 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 14.dez.06 | 100,00 | 1.699 | - |
| Banco do Brasil | Cotas | - | - | 18.894 | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB DI | 05.set.07 | 99,50 | 33.247 | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB DI | 14.set.07 | 99,50 | 2.734 | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB DI | 10.out.07 | 99,50 | 10.429 | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB DI | 25.out.07 | 99,50 | 12.068 | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB DI | 26.out.07 | 99,50 | 5.360 | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB DI | 14.nov.07 | 99,50 | 13.281 | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB DI | 31.mar.06 | 99,00 | 1.973 | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB DI | 26.abr.06 | 99,00 | 12.504 | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB DI | 14.dez.06 | 99,00 | 10.874 | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB DI | 11.jan.07 | 99,50 | 11.933 | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB DI | 08.jun.07 | 99,50 | 4.342 | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB DI | 14.jun.07 | 99,50 | 5.758 | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB DI | 28.jul.07 | 99,50 | 17.783 | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB DI | 10.ago.07 | 99,50 | 5.561 | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB DI | 16.nov.07 | 99,50 | 22.562 | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB Selic | 29.out.07 | 99,60 | 5.145 | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB Selic | 09.nov.07 | 99,60 | 8.195 | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB Selic | 10.nov.07 | 99,60 | 8.189 | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB Selic | 07.dez.07 | 99,60 | 30.626 | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB Selic | 14.dez.07 | 99,60 | 7.120 | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB Selic | 19.dez.07 | 99,60 | 10.152 | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB Selic | 21.dez.07 | 99,60 | 8.605 | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB Selic | 27.nov.07 | 99,60 | 4.046 | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB Selic | 04.jan.08 | 99,60 | 8.058 | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB Selic | 19.dez.07 | 99,60 | 10.058 | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB Selic | 15.jan.08 | 99,60 | 5.011 | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB Selic | 16.jan.08 | 99,60 | 5.910 | - |
| HSBC | CDB DI | 07.ago.06 | 100,35 | 6.303 | - |
| HSBC | CDB DI | 06.jul.06 | 100,35 | 6.389 | - |
| Unibanco | CDB DI | 10.ago.07 | 100,00 | 11.301 | - |
| Banco do Brasil | CDB DI | 14-dez-06 | 100,00 | - | 8.024 |
| Banco do Brasil | CDB DI | 10.ago.06 | 100,00 | - | 7.630 |
| Banco do Brasil | CDB DI | 23.ago.06 | 100,00 | - | 24.295 |
| Banco do Brasil | CDB DI | 04.set.06 | 100,00 | - | 2.298 |
| Banco do Brasil | CDB DI | 05.set.06 | 100,00 | - | 21.966 |
| Banco do Brasil | CDB DI | 03.out.06 | 100,00 | - | 10.348 |
| Banco do Brasil | CDB DI | 04.out.06 | 100,00 | - | 20.685 |
| Banco do Brasil | CDB DI | 05.out.06 | 100,00 | - | 1.240 |
| Banco do Brasil | CDB DI | 06.out.06 | 100,00 | - | 9.297 |
| Banco do Brasil | CDB DI | 06.nov.06 | 100,00 | - | 9.189 |
| Banco do Brasil | CDB DI | 07.nov.06 | 100,00 | - | 12.755 |
| Banco do Brasil | CDB DI | 08.nov.06 | 100,00 | - | 1.427 |
| Banco do Brasil | CDB DI | 24.nov.06 | 100,00 | - | 2.529 |
| Banco do Brasil | CDB DI | 06.dez.06 | 100,00 | - | 8.057 |
| Banco do Brasil | CDB DI | 11.dez.06 | 100,00 | - | 9.549 |
| Banco do Brasil | CDB DI | 12.dez.06 | 100,00 | - | 8.486 |
| Banco do Brasil | CDB DI | 13.dez.06 | 100,00 | - | 5.822 |
| Banco do Brasil | CDB DI | 18.dez.06 | 100,00 | - | 17.032 |
| Banco do Brasil | Cotas | - | - | - | 16.277 |
| Caixa Econômica Federal | CDB DI | 07.jun.05 | 99,00 | - | 4.616 |
| Caixa Econômica Federal | CDB DI | 14.jun.05 | 99,00 | - | 12.815 |
| Caixa Econômica Federal | CDB DI | 26.jul.05 | 99,00 | - | 6.240 |
| Caixa Econômica Federal | CDB DI | 10.ago.05 | 99,00 | - | 4.946 |
| Caixa Econômica Federal | CDB DI | 02.set.05 | 99,00 | - | 18.304 |
| Caixa Econômica Federal | CDB DI | 14.set.05 | 99,00 | - | 2.426 |
| Caixa Econômica Federal | CDB DI | 25.out.05 | 99,00 | - | 10.700 |
| Caixa Econômica Federal | CDB DI | 26.out.05 | 99,00 | - | 4.752 |
| Caixa Econômica Federal | CDB DI | 14.nov.05 | 99,00 | - | 11.771 |
| Caixa Econômica Federal | CDB DI | 16.nov.05 | 99,00 | - | 19.999 |
| Caixa Econômica Federal | CDB DI | 31.mar.06 | 99,00 | - | 1.669 |
| Caixa Econômica Federal | CDB DI | 26.abr.06 | 99,00 | - | 10.526 |
| Caixa Econômica Federal | CDB DI | 14.dez.06 | 99,00 | - | 9.154 |
| Caixa Econômica Federal | CDB DI | 11.jan.07 | 99,00 | - | 10.045 |
| Bradesco | CDB DI | 29.nov.05 | 99,50 | - | 3.044 |
| HSBC | CDB DI | 26.abr.05 | 100,50 | - | 8.276 |
| HSBC | CDB DI | 06.jul.06 | 100,50 | - | 5.364 |
| HSBC | CDB DI | 07.ago.06 | 100,20 | - | 5.295 |
| Unibanco | CDB DI | 10.ago.07 | 100,00 | - | 9.497 |
| | | | | **640.735** | **356.345** |
| | | | | **649.277** | **360.440** |

As aplicações financeiras da Companhia, em sua maioria, foram realizadas em instituições financeiras oficiais, prevalecendo os papéis de renda fixa (títulos públicos federais), com remuneração média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações financeiras em bancos privados referem-se, em parte, à obrigações dispostas em Resoluções da Aneel (Resoluções n.º 552/2002 e n.º23/2003) que regulamentam os aportes de garantias financeiras, nas operações realizadas de compra e venda de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

### 6 Consumidores e Revendedores

| | Saldos vincendos | Vencidos até 90 dias | Venc. há mais de 90 dias | 2005 | 2004 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Consumidores** | | | | | |
| Industrial | 4.986 | - | 589 | 5.575 | 2.538 |
| | **4.986** | **-** | **589** | **5.575** | **2.538** |
| **Revendedores** | | | | | |
| **Suprimento** | | | | | |
| Suprimento curto prazo | - | - | 14 | 14 | 93 |
| Suprimento - CCEE | 7.228 | - | 98 | 7.326 | 117.105 |
| Suprimento - CCEE - RLP | 109.451 | - | - | 109.451 | - |
| Ressarcimento geradores (a) | 13.331 | 1 | - | 13.332 | 3.680 |
| Ressarcimento geradores - RLP (a) | 31.389 | - | - | 31.389 | 26.692 |
| Contratos iniciais | 42.690 | - | - | 42.690 | 82.705 |
| Leilão de energia (b) | 55.418 | 513 | - | 55.931 | - |
| Contratos bilaterais | 35.678 | - | - | 35.678 | 29.223 |
| | **295.185** | **514** | **112** | **295.811** | **259.498** |
| (-) Prov. Créditos liquidação duvidosa | | | | **(701)** | **(93)** |
| **Circulante** | **159.331** | **514** | **701** | **159.845** | **235.251** |
| **Realizável a longo prazo** | **140.840** | **-** | **-** | **140.840** | **26.692** |

**a) Direito de ressarcimento de geradores**

O direito de ressarcimento de geradores refere-se aos valores de energia livre, vendida no âmbito do MAE, durante a vigência do programa emergencial do consumo de energia elétrica, no período de 1º.06.2001 a 28.02.2002. A homologação dos valores foi formalizada pelas Resoluções Aneel n.º 483, de 29.08.2002, e n.º 36, de 29.01.2003, que estabelecem os procedimentos para a operacionalização do repasse pelas concessionárias, alterada pela Resolução Aneel nº 89, de 25.02.2003, retificada pela Resolução Normativa n.º 01, de 02.01.2004, alterada pela Resolução Normativa n.º 45, de 03.03.2004.

Em atendimento ao Ofício Circular n.º 2218/2005-SFF/ANEEL, os saldos referentes ao ressarcimento de geradores estão detalhados a seguir:

| **Ressarcimento de geradores** | | |
|---|---|---|
| **Distribuidoras** | **2005** | **2004** |
| Companhia energética de Minas Gerais - Cemig | 7.274 | 4.703 |
| Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo - Eletropaulo | 5.775 | 4.016 |
| LIGHT - Serviços de Eletricidade S. A. | 5.207 | 3.408 |
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. - Eletronorte | 4.030 | 2.274 |
| Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL | 3.774 | 2.526 |
| Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba | 2.233 | 1.484 |
| Empresa Bandeirante de Energia S. A. - EBE | 1.850 | 2.508 |
| Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro - Cerj | 1.844 | 1.235 |
| Companhia Energética de Pernambuco - Celpe | 1.635 | 1.087 |
| Espírito Santo Centrais Elétricas S. A. - Escelsa | 1.396 | 914 |
| Companhia Energética do Ceará - Coelce | 1.367 | 896 |
| Elektro Eletricidade e Serviços - Elektro | 1.052 | 914 |
| Companhia Energética de Brasília - CEB | 747 | 480 |
| Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Cosern | 743 | 464 |
| Centrais Elétricas do Pará S. A. - Celpa | 586 | 489 |
| Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf | 557 | 500 |
| Companhia Energética de Goiás - Celg | 361 | 542 |
| Outras | 4.290 | 1.932 |
| | **44.721** | **30.372** |
| **Circulante** | **13.332** | **3.680** |
| **Realizável a longo prazo** | **31.389** | **26.692** |

**b) Leilão de energia**

A partir de 2005 iniciaram-se as operações decorrentes do megaleilão leilão de energia elétrica realizado em 07.12.2004. Neste leilão a Companhia vendeu 980 MW médios para entrega a partir de 2005, sendo faturados mensalmente os valores referentes a cada distribuidora conforme contratos firmados.

### 7 Serviços Executados para Terceiros, Líquidos

| | Saldos vincendos | Vencidos até 90 dias | Vencidos há mais de 90 dias | 2005 | 2004 |
|---|---|---|---|---|---|
| Serviços executados para terceiros | 1 | 218 | 2.865 | 3.084 | 1.970 |
| Prov. p/ créd. liquidação duvidosa | | | (1.970) | (1.970) | - |
| | **1** | **218** | **895** | **1.114** | **1.970** |

### 8 Impostos e Contribuições Sociais

| | 2005 | 2004 |
|---|---|---|
| **Ativo circulante** | | |
| IRPJ/CSLL antecipados e a compensar | - | 27.201 |
| IRPJ/CSLL diferidos sobre: | | |
| Planos previd. e assistencial - Delib. CVM 371 | 516 | 500 |
| Déficit previdenciário - plano III | 1.340 | 1.264 |
| Adições temporárias | 1.192 | - |
| ICMS a Recuperar | 399 | 371 |
| REFIS | 8.184 | 8.184 |
| Outros tributos a compensar | 324 | - |
| | **11.955** | **37.520** |
| **Ativo realizável a longo prazo** | | |
| IRPJ/CSLL diferidos sobre: | | |
| Déficit previdenciário - Plano III | 24.194 | 25.534 |
| Planos previd. e assistencial - Delib. CVM 371 | 7.438 | 7.956 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 1.403 | 655 |
| Adições temporárias | 21.283 | 11.531 |
| Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa | 2.486 | 2.594 |
| ICMS a Recuperar | 1.188 | 1.082 |
| | **57.992** | **49.352** |
| **Passivo circulante** | | |
| IRPJ/CSLL diferidos sobre: | | |
| Exclusões temporárias - Ativo regulatório | 2.297 | - |
| Imposto de renda e contribuição social a pagar | 5.546 | - |
| Imposto de renda retido na fonte | 41 | 475 |
| ICMS a recolher | 2.095 | 287 |
| Pasep e Cofins a recolher | 8.031 | 7.634 |
| Outros impostos | 13.712 | 3.013 |
| | **31.722** | **11.409** |

**Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A Companhia contabiliza imposto de renda diferido calculado à alíquota de 15%, mais o adicional de 10%, e a contribuição social calculada à alíquota de 9%.

Os tributos diferidos sobre déficit previdenciário estão sendo realizados em conformidade com o plano de amortização da respectiva dívida e a provisão para convênio assistencial na medida em que ocorrem os pagamentos dos benefícios pós-emprego. Os tributos diferidos sobre as demais provisões serão realizados em função das decisões judiciais e das realizações dos ativos regulatórios.

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros tributáveis, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos a prazo prescricional.

Os créditos fiscais estão contabilizados conforme demonstração a seguir:

| | 2005 |
|---|---|
| **Ativo circulante** | |
| IRPJ/CSLL sobre planos previd. e assistencial - delib. CVM 371 | 516 |
| IRPJ/CSLL sobre déficit previdenciário - plano III | 1.340 |
| Adições temporárias | 1.192 |
| **Ativo realizável a longo prazo** | |
| IRPJ/CSLL sobre déficit previdenciário - plano III | 24.194 |
| IRPJ/CSLL sobre planos previd. e assistencial - delib. CVM 371 | 7.438 |
| IRPJ/CSLL sobre adições temporárias | 21.283 |
| IRPJ/CSLL sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa | 2.486 |
| IRPJ/CSLL sobre provisão para créditos de liquidação duvidosa | 1.403 |
| **Passivo circulante** | |
| IRPJ/CSLL sobre exclusões temporárias | 2.297 |
| | **57.555** |

Em cumprimento à Instrução CVM n.º 371, de 27.06.2002, a expectativa de geração de base de cálculo positiva em montante suficiente para realização dos créditos fiscais, contabilizados pela Companhia com base em estudos submetidos à apreciação dos Conselhos de Administração e Fiscal, está apresentada a seguir:

| | Parcela estimada de realização | Parcela efetiva de realização | Parcela estimada de realização |
|---|---|---|---|
| 2005 | 3.701 | 6.125 | - |
| 2006 | | - | 5.017 |
| 2007 | | - | 3.173 |
| 2008 | | - | 2.640 |
| 2009 | | - | 2.286 |
| 2010 | | - | 2.443 |
| Após 2010 | | - | 41.996 |
| | **3.701** | **6.125** | **57.555** |

As projeções de resultado futuro serão objeto de reavaliação da Administração quando da aprovação das demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2006.

### 9 Ativo Regulatório - Pasep/Cofins

Pela publicação das Leis Federais n.ºs 10.637, de 30.12.2002 e 10.833, de 29.12.2003, foram majoradas as alíquotas e alteradas as bases de cálculo do Pasep e da Cofins. Em razão dessas alterações, ocorreu crescimento nas despesas com Pasep de dezembro de 2002 a junho de 2005 e nas despesas com a Cofins de fevereiro de 2004 a junho de 2005.

A Aneel, através do Ofício Circular n.º 302/2005-SFF/Aneel, reconhece o direito da Companhia em ser ressarcida dos custos adicionais com Pasep e Cofins, autorizando as concessionárias a apurar o valor do impacto produzido em função da mudança de critérios de apuração do Pasep e Cofins e reconhecê-lo contabilmente como ativo ou passivo, conforme a natureza do impacto, positivo ou negativo, respectivamente.

De acordo com a Resolução Homologatória nº 129 e nº 130, de 20 de junho de 2005, a Aneel estabeleceu o montante de Ativo Regulatório no valor total de R$ 12.436, relativo ao Pasep, do período de dezembro de 2002 a maio de 2005, e à Cofins , do período de fevereiro de 2004 a maio de 2005.

### 10 Cauções e Depósitos Vinculados

Os depósitos em garantia atendem as exigências da CCEE e estão vinculados às operações realizadas nos leilões de energia e nas liquidações da própria CCEE. As cauções e depósitos vinculados totalizam R$ 22.442 em 2005 e R$ 4.631 em 2004.

## NOTAS EXPLICATIVAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 11 Outros Créditos

| | 2005 | 2004 |
|---|---|---|
| **Ativo circulante** | | |
| Salários de empregados cedidos a recuperar | 2.086 | 1.800 |
| Empregados | 1.330 | 1.228 |
| Pagamentos antecipados | 1.324 | 1.216 |
| Adiantamento a fornecedores | 1.264 | 895 |
| Aquisição de combustível por conta da CCC | 726 | 495 |
| Alienação de bens e direitos | 570 | 449 |
| FGTS - conta empresa | 212 | 200 |
| Outros créditos a receber | 495 | 189 |
| RGR - diferença de 2002 | - | 1.922 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (1.420) | (1.359) |
| | **6.587** | **7.035** |
| **Ativo realizável a longo prazo** | | |
| Bens e direitos destinados à alienação | 936 | 46 |
| Pagamentos antecipados | 3.650 | 3.883 |
| | **4.586** | **3.929** |

### 12 Coligadas e Controladas

A Companhia possui, demonstrados pelo valor líquido, os créditos a receber abaixo junto à controladora conforme demonstrado a seguir:

| | 2005 | 2004 |
|---|---|---|
| **Holding** | | |
| Mútuo Controladora | 37.829 | - |
| Contas-correntes | - | 519.096 |
| | **37.829** | **519.096** |

### 13 Investimentos

| | 2005 | 2004 |
|---|---|---|
| Estudos de projetos | 2.237 | 2.237 |
| Bens de renda | 933 | 933 |
| Incentivos fiscais | 924 | 924 |
| Imóveis para uso futuro do serviço | 56 | 56 |
| | **4.150** | **4.150** |

### 14 Imobilizado

| | Custo | Depreciação acumulada | Líquido 2005 | Líquido 2004 |
|---|---|---|---|---|
| **Em serviço** | | | | |
| Intangíveis | 1.013 | (476) | 537 | 296 |
| Terrenos | 77.566 | - | 77.566 | 77.566 |
| Reservatórios, Barragens e Adutoras | 2.514.597 | (882.304) | 1.632.293 | 1.645.978 |
| Edificações, Obras Civis e Benfeitorias | 428.282 | (194.629) | 233.653 | 240.168 |
| Máquinas e Equipamentos | 1.236.017 | (403.656) | 832.361 | 856.313 |
| Veículos | 5.352 | (3.850) | 1.502 | 1.969 |
| Móveis e Utensílios | 2.691 | (1.439) | 1.252 | 1.223 |
| | **4.265.518** | **(1.486.354)** | **2.779.164** | **2.823.513** |
| **Em curso** | | | | |
| Intangíveis | 369 | - | 369 | 476 |
| Terrenos | 20.768 | - | 20.768 | 37.096 |
| Reservatórios, Barragens e Adutoras | 1.974 | - | 1.974 | 8.328 |
| Edificações, Obras Civis e Benfeitorias | 6.259 | - | 6.259 | 7.736 |
| Máquinas e Equipamentos | 35.899 | - | 35.899 | 41.148 |
| Veículos | - | - | - | 36 |
| Móveis e Utensílios | 91 | - | 91 | 52 |
| A Ratear | 33.637 | - | 33.637 | 42.715 |
| Estudos de Projetos | 40.388 | - | 40.388 | 40.518 |
| Material em Depósito | - | - | - | 63 |
| Adiantamento a Fornecedores | 911 | - | 911 | 486 |
| Depósitos Judiciais | 2.820 | - | 2.820 | 302 |
| | **143.116** | **-** | **143.116** | **178.956** |
| | **4.408.634** | **(1.486.354)** | **2.922.280** | **3.002.469** |

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26.02.1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel n.º 20/1999 regulamentou a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

**a) Levantamento físico dos bens do imobilizado**

A Companhia realiza regularmente inventários físicos de seus ativos, distribuídos dentro de sua área de concessão.

**b) Taxas de depreciação**

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução Aneel n.º 44/1999 são:

| | % |
|---|---|
| Equipamento geral | 10,0 |
| Equipamento da tomada d'água | 3,7 |
| Estrutura da tomada d'água | 4,0 |
| Geradores | 3,3 |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 2,0 |
| Turbina hidráulica | 2,5 |

**c) Mutação do imobilizado**

| Saldos | Em serviço | Em curso | Total |
|---|---|---|---|
| **31 de dezembro de 2003** | **2.908.917** | **175.123** | **3.084.040** |
| Programa de investimentos | - | 18.325 | 18.325 |
| Quotas de depreciação | (101.311) | - | (101.311) |
| Baixas | (480) | - | (480) |
| Imobilizações de obras | 16.387 | (16.387) | - |
| Bens destinados a uso futuro transferidos dos investimentos | - | 1.895 | 1.895 |
| **Em 31 de dezembro de 2004** | **2.823.513** | **178.956** | **3.002.469** |
| Programa de investimentos | - | 20.957 | 20.957 |
| Quotas de depreciação | (102.638) | - | (102.638) |
| Baixas | (136) | - | (136) |
| Imobilizações de obras | 58.425 | (58.425) | - |
| Provisões para contingências com desapropriações | - | 2.518 | 2.518 |
| Bens destinados a alienação transferidos para o realizázel a longo prazo | - | (890) | (890) |
| **Em 31 de dezembro de 2005** | **2.779.164** | **143.116** | **2.922.280** |

### 15 Empréstimos e Financiamentos

A composição dos empréstimos da Companhia é o seguinte:

| | Principal | Circulante Encargos | Longo prazo Principal | Total 2005 | Total 2004 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Moeda estrangeira** | | | | | |
| Eurobônus | - | - | - | - | 404.738 |
| BID (a) | 21.414 | 2.423 | 98.465 | 122.302 | 176.699 |
| | **21.414** | **2.423** | **98.465** | **122.302** | **581.437** |
| **Moeda nacional** | | | | | |
| Eletrobrás (b) | 29.132 | 1.988 | 255.465 | 286.585 | 308.496 |
| BNDES (c) | - | - | - | - | 5.379 |
| | **29.132** | **1.988** | **255.465** | **286.585** | **313.875** |
| | **50.546** | **4.411** | **353.930** | **408.887** | **895.312** |

**a) Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID**

Empréstimo para a Usina Hidrelétrica de Segredo e Derivação do Rio Jordão, liberado a partir de 15.01.1991, totalizando US$ 135,000. O principal cujo pagamento da primeira parcela ocorreu em 15.01.1997 e os juros são amortizados semestralmente até 2011. Os juros são calculados de acordo com a taxa de captação do BID, a qual, para o segundo semestre de 2005, foi de 4,23% a.a.. As cláusulas contratuais prevêem rescisão nas seguintes hipóteses:

**1)** inadimplemento, por parte do mutuário de qualquer outra obrigação estipulada no contrato ou contratos subscritos com o Banco para financiamento para o projeto;

**2)** a retirada ou suspensão, como membro do Banco, da República Federativa do Brasil;

**3)** inadimplemento, por parte do fiador, se houver, de qualquer obrigação estipulada no contrato de garantia;

**4)** quando a relação entre o seu ativo circulante e o total dos seus financiamentos comerciais e bancários de curto prazo, excluídas a parte corrente da dívida a longo prazo e os dividendos a serem reinvestidos, seja igual ou superior a 1,2; e

**5)** quando a relação entre sua dívida de longo prazo e o seu patrimônio não exceder a 0,9.

**b) Eletrobrás**

Empréstimos originados de recursos do Fundo de Financiamento da Eletrobrás - Finel, para expansão dos sistemas de geração. A amortização dos contratos vincendos iniciou em julho de 2001 e o último pagamento está previsto para junho de 2016. Os juros de 5,5% a 6,5% a.a. e o principal são amortizados mensalmente, atualizados pelo índice do Finel.

A garantia é representada pela receita própria.

**c) BNDES**

Empréstimo para construção da Derivação do Rio Jordão, amortizável em 99 parcelas mensais, a partir de 15.10.1997. A remuneração é indexada pela TJLP (limitada a 6% a.a.), mais *spread* de 6% a.a. e a garantia é representada pela receita da Copel. O contrato foi liquidado em 15.12.2005.

O saldo do BNDES também é composto por quatro contratos da Compagas assinados em 14.12.2001, amortizáveis em 99 parcelas, com juros de 4% a.a., sendo dois para aquisição de máquinas e equipamentos, indexados pela TJLP (limitada a 6% a.a.) e dois para obras, instalações e serviços, indexados pela Unidade Monetária do BNDES - UMBND.

Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador:

| Moeda (equivalente em R$) / Indexador | 2005 | % | 2004 | % |
|---|---|---|---|---|
| **Moeda estrangeira** | | | | |
| Dólar norte-americano | - | - | 404.738 | 45,20 |
| BID - cesta de moedas | 122.302 | 29,91 | 176.699 | 19,74 |
| | **122.302** | **29,91** | **581.437** | **64,94** |
| **Moeda nacional** | | | | |
| URBNDES e TJLP | - | - | 5.379 | 0,60 |
| FINEL | 286.585 | 70,09 | 308.496 | 34,46 |
| | **286.585** | **70,09** | **313.875** | **35,06** |
| | **408.887** | **100,00** | **895.312** | **100,00** |

Variação das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos:

| Moeda/Indexador | Variação (%) 2005 | 2004 |
|---|---|---|
| Dólar norte-americano | (11,82) | (8,13) |
| BID - cesta de moedas | (6,76) | 3,07 |
| URBNDES | 3,75 | 3,50 |
| FINEL | 0,24 | 2,38 |

Vencimentos das parcelas a longo prazo:

| | Moeda estrangeira | Moeda nacional | 2005 | 2004 |
|---|---|---|---|---|
| 2006 | - | - | - | 53.434 |
| 2007 | 21.881 | 26.891 | 48.772 | 53.434 |
| 2008 | 21.881 | 26.891 | 48.772 | 53.434 |
| 2009 | 21.881 | 26.891 | 48.772 | 53.434 |
| 2010 | 21.881 | 26.891 | 48.772 | 53.434 |
| 2011 | 10.941 | 26.891 | 37.832 | 40.127 |
| 2012 | - | 26.891 | 26.891 | 26.821 |
| 2013 | - | 26.891 | 26.891 | 26.821 |
| 2014 | - | 26.891 | 26.891 | 26.821 |
| 2015 | - | 26.891 | 26.891 | 26.821 |
| 2016 | - | 13.446 | 13.446 | 13.411 |
| | **98.465** | **255.465** | **353.930** | **427.992** |

Mutação de empréstimos e financiamentos:

| Saldos | Moeda estrangeira Curto prazo | Moeda estrangeira Longo prazo | Moeda nacional Curto prazo | Moeda nacional Longo prazo | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Em 31 de dezembro de 2003** | **39.991** | **616.240** | **32.381** | **306.495** | **995.107** |
| Encargos | 51.450 | - | 27.428 | - | 78.878 |
| Variação monetária e cambial | (73.524) | 28.415 | 540 | 6.951 | (37.618) |
| Transferências | 498.284 | (498.284) | 31.825 | (31.825) | - |
| Amortizações | (81.135) | - | (59.920) | - | (141.055) |
| **Em 31 de dezembro de 2004** | **435.066** | **146.371** | **32.254** | **281.621** | **895.312** |
| Encargos | 18.487 | - | 25.096 | - | 43.583 |
| Variação monetária e cambial | (26.144) | (24.148) | (14) | 735 | (49.571) |
| Transferências | 23.758 | (23.758) | 26.891 | (26.891) | - |
| Amortizações | (427.330) | - | (53.107) | - | (480.437) |
| **Em 31 de dezembro de 2005** | **23.837** | **98.465** | **31.120** | **255.465** | **408.887** |

### 16 Fornecedores

| | 2005 | 2004 |
|---|---|---|
| **Encargos de uso da rede elétrica** | | |
| Uso da conexão | 14.386 | 6.163 |
| | **14.386** | **6.163** |
| **Fornecedores de energia elétrica** | | |
| Administracion Nac. de Eletr. - ANDE (Paraguai) | 4.763 | 5.229 |
| Dona Francisca Energética S.A. | 4.182 | 30.517 |
| Outros concessionários | 96 | 96 |
| | **9.041** | **35.842** |
| **Materiais e serviços** | | |
| Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás (a) | 788.043 | 479.644 |
| Outros fornecedores | 7.058 | 6.266 |
| Outros fornecedores - ELP | 889 | 889 |
| | **795.990** | **486.799** |
| | **819.417** | **528.804** |
| **Circulante** | **818.528** | **527.915** |
| **Exigível a Longo Prazo - ELP** | **889** | **889** |

**a) Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás**

Em relação aos saldos acima, é relevante destacar que os valores referentes às obrigações com a Compagas, R$ 788.043 em 2005 (R$ 479.644 em 2004) abrangem a compra de gás de R$ 504.845 (R$ 387.386, em 2004) e penalizações de R$ 283.198 (R$ 92.258 em 2004).

Refere-se a contrato de venda de gás natural, assinado em 2000, destinado exclusivamente ao consumo na UEG Araucária para geração de energia elétrica, com prazo de duração de 20 anos, contados a partir do fornecimento inicial (2002).

Em razão do litígio estabelecido com a UEG Araucária e o fato de que o contrato de compra de energia celebrado entre a Copel e a UEG não foi homologado pela Aneel, em 25.02.2003, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a suspensão dos pagamentos relativos ao contrato de compra e venda de gás natural (insumo que seria necessário como combustível destinado ao funcionamento da usina, a qual jamais foi colocada em operação comercial) para a Compagas que, por sua vez, suspendeu os pagamentos para a Petrobrás.

O montante registrado nessa rubrica refere-se à provisão da quantidade de gás garantida em contrato firmado entre as partes, onde está disposto o pagamento, mesmo não havendo o respectivo consumo (*take or pay*). O contrato também prevê a recuperação do valor pago pelo período de sete anos, vinculado ao consumo equivalente de gás. Entretanto, sua efetiva recuperação está atrelada ao desfecho das discussões da Companhia com os outros acionistas da UEG Araucária, como mencionado no item "a" desta nota.

Desde 1º.06.2005, os eventos referentes ao contrato de fornecimento e transporte de gás deixaram de ser faturados pela Compagas, em decorrência da rescisão do contrato entre a Petrobrás e a Compagas e entre a Compagas e a Copel, conforme decisão manifestada unilateralmente pela Compagas.

**b) UEG Araucária Ltda.**

Na nota 35 há uma descrição dos fatos relevantes publicados em 17 e 24.02. e 7.03.2006, relacionados à UEG Araucária.

**Histórico das questões judiciais:**

A UEG Araucária e a Copel vêm discutindo judicialmente o contrato relativo à venda e compra de potência assegurada, no valor nominal de 484,3 MW, originalmente celebrado em 31.05.2000, com validade por 20 anos a partir da data de declaração de operação comercial da usina termelétrica erigida no município de Araucária, Estado do Paraná.

Por intermédio do contrato de compra e venda de potência assegurada e da operação e manutenção da citada usina termelétrica à gás natural, a Copel e a UEG Araucária firmaram compromisso de exclusividade de disponibilização à Copel de toda potência inicial assegurada da Usina, no montante de 484,3 MW.

Os valores mensais pagos até dezembro de 2002 referem-se ao adiantamento do valor que se faria devido nos termos de instrumento contratual que seria firmado pelas partes que celebraram o contrato original, desde que referido instrumento contratual substitutivo viesse a obter a necessária homologação regulatória. A partir de janeiro de 2003, os pagamentos foram suspensos pela nova administração em razão da interrupção das negociações bilaterais tendentes à elaboração do instrumento contratual substitutivo ao contrato de compra e venda de potência assegurada.

A UEG Araucária citou a Companhia no "Tribunal Arbitral de Paris", em 1°.04.2003, com o objetivo de promover arbitragem sobre a suposta inadimplência contratual da Copel. Em 22.04.2003, a UEG Araucária enviou à Copel comunicação em que considerava rescindido o contrato.

A Copel propôs junto à Justiça Estadual do Paraná, em 22.06.2003, ação declaratória de nulidade da cláusula arbitral e obteve decisão liminar suspendendo o procedimento arbitral, sob pena de multa diária.

Segundo Parecer Jurídico de autoria do Instituto de Direito Civil - IDC, firmado por renomados juristas, a Administração da Companhia é de opinião que o contrato de compra e venda de potência assegurada é ineficaz sob o ponto de vista jurídico, visto que ele não foi jamais homologado pela Aneel.

Adicionalmente, o parecer menciona que o pagamento do valor de compra da usina, à título de multa contratual, conforme pretendido no aditamento ao pedido de arbitragem, não pode ser considerado devido antes do trânsito em julgado do processo em curso perante a justiça estatal brasileira. Ademais, o valor da multa contratual em questão é bastante superior ao preço de mercado de uma usina de igual porte e natureza, o que contraria a legislação aplicável à matéria.

A administração da Companhia, com base no parecer jurídico mencionado e no entendimento de que o contrato firmado entre as partes é ineficaz, optou por reverter, na data base de 30.06.2003, as provisões efetuadas relativas aos faturamentos mensais efetivados pela UEG Araucária contra a Companhia.

Em 14.08.2003, a Companhia entrou com nova ação judicial contra a UEG Araucária, denominada Ação Cautelar de Produção Antecipada de Provas, que foi autuada sob o n.º 24.546/2003, junto à 3.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, por meio do qual a Copel pretende constituir prova a seu favor quanto à demonstração da impossibilidade técnica de operação da usina de forma contínua, segura e permanente. Para tanto, foi nomeado um grupo de peritos judiciais e as partes apresentaram os quesitos e nomearam assistentes técnicos. Em maio de 2005 foi disponibilizado o laudo pericial e aguarda-se, no momento, a finalização da tradução de documentos e a eventual apresentação de laudos complementares/divergentes por parte dos assistentes técnicos. O laudo pericial, de 10.05.2005 e já disponibilizado nos autos, é favorável à tese da Copel e confirma a impossibilidade técnica de operação da usina de forma contínua, segura e permanente.

Em 22.02.2004, ocorreu audiência preliminar junto à Câmara Arbitral - CCI, na França, oportunidade em que, imediatamente após sua abertura, a audiência foi adiada para o dia 15.04.2004. Naquela oportunidade, a Copel reafirmou, consignando expressamente sua posição de não-aceitação da competência da câmara arbitral, ressaltando a existência de sentença no Brasil, que reconheceu a ausência de validade do compromisso arbitral constante do contrato objeto de litígio, o qual daria suporte ao procedimento arbitral iniciado na França. Em julho de 2004, houve nova audiência em Paris, em seqüência ao procedimento arbitral, ocasião em que a Copel reiterou sua posição manifestada quanto à ausência de competência do Tribunal Arbitral para apreciar a questão a ele unilateralmente submetida pela UEG Araucária. Em 06.12.2004, o Tribunal Arbitral, por maioria de votos, julgou-se competente para apreciar e julgar as matérias que lhe foram submetidas. Referido julgamento não influenciará ou alterará as decisões do Poder Judiciário brasileiro a respeito da mesma matéria. Superada a discussão acerca da competência do Tribunal Arbitral, teve início a fase em que se discute o mérito do litígio entre as partes. De 23 a 27.01.2006 foram realizadas as audiências de instrução. Aguarda-se o prazo para alegações finais e nova audiência em abril, com término da arbitragem previsto para o final do primeiro semestre de 2006.

Em 30.05.2005, a Companhia, mesmo não reconhecendo a competência do Tribunal Arbitral para o julgamento da demanda, apresentou pedido reconvencional, no valor de US$ 238,261, com base no princípio da eventualidade e como forma de defesa às alegações formuladas pela UEG Araucária.

A Aneel reconheceu os problemas técnicos e operacionais que impedem a UEG Araucária de produzir energia. Em ofício encaminhado ao presidente da Copel e à direção da UEG Araucária, a Aneel, além de atestar as razões pelo não funcionamento do complexo, considera como "comprometida" a condição de início da operação comercial, em 27.09.2002, data da inauguração da usina.

Os laudos enviados à Aneel atestam que a usina não tem condições de operar de forma contínua e segura, razões apontadas pela Copel desde 2003. Confirmados pelos peritos do Scott Wilson Raymond, da Inglaterra, e pelo Instituto Superior Técnico - IST, de Portugal, ambos renomados centros europeus especializados em energia termelétrica, os laudos atestam todos os problemas relatados pela Copel no laudo pericial judicial que tramita na 3.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba.

### 17 Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas

| | 2005 | 2004 |
|---|---|---|
| **Folha de pagamento** | | |
| Tributos e contribuições sociais | 2.216 | 1.879 |
| Participações nos lucros | 4.971 | 3.201 |
| | **7.187** | **5.080** |
| **Provisões trabalhistas** | | |
| Férias e 13º salário | 8.070 | 7.067 |
| Encargos sociais sobre férias e 13º salário | 2.640 | 2.317 |
| | **10.710** | **9.384** |
| | **17.897** | **14.464** |

### 18 Benefício Pós-Emprego

A Companhia, através da Fundação Copel, da qual é patrocinadora, mantêm planos de complementação de aposentadoria e pensão ("Plano Previdenciário") e de assistência médica e odontológica ("Plano Assistencial") para seus empregados e dependentes legais ativos e pós-emprego. As contribuições aos planos são efetuadas por ambos, patrocinadora e beneficiários, baseados em cálculos atuariais preparados por atuários independentes, seguindo as normas vigentes aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar, com o objetivo de prover fundos suficientes para cobrir as obrigações futuras com os benefícios a conceder.

Com a criação das subsidiárias integrais em 2001, o saldo da dívida relativa à mudança de plano (Plano Previdenciário III) ocorrida em 1998, atualizado até então, foi transferido às mesmas, financiado em 210 prestações mensais, indexadas pelo INPC e juros de 6% a.a., com vencimento a partir de 1º de agosto de 2001. Como garantia destes contratos, a patrocinadora autorizou a Fundação Copel a bloquear saldos em contas correntes bancárias de propriedade da mesma e, ainda, ficando a Controladora como garantidora solidária em caso de qualquer déficit decorrente da concessão de benefícios.

A Companhia adota as práticas contábeis instituídas pela Deliberação CVM n.º 371, de 13.12.2000, para registrar os custos com os planos previdenciário e assistencial, bem como os encargos sobre a dívida assumida com o Plano III (nota 27).

### 19 Taxas Regulamentares

| | 2005 | 2004 |
|---|---|---|
| Compensação financeira recursos hídricos | 11.952 | 12.392 |
| Reserva global de reversão - RGR | 2.981 | 2.270 |
| RGR - Diferença 2003 | 371 | - |
| Taxa de fiscalização - Aneel | 284 | 284 |
| RGR - Diferença 2003 - ELP | - | 1.588 |
| Conta de desenvolvimento energético - CDE | - | 104 |
| Conta de consumo de combustível - CCC | - | 247 |
| | **15.588** | **16.885** |
| **Circulante** | **15.588** | **15.297** |
| **Exigível a longo prazo - ELP** | **-** | **1.588** |

### 20 Outras Contas a Pagar

| | 2005 | 2004 |
|---|---|---|
| Programa de pesquisa e desenvolvimento | 8.471 | - |
| Cauções em garantia | 199 | 123 |
| Entidades seguradoras - prêmios a pagar | 728 | 635 |
| Outras obrigações | 30 | 58 |
| | **9.428** | **816** |

**Programas de pesquisa e desenvolvimento - P&D**

A Companhia reconheceu referente ao exercício de 2005, o total de R$ 4.964 relativos ao Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, conforme Comunicado Técnico IBRACON 03/06 de 23 de janeiro de 2006.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu a título de ajuste de exercícios anteriores, na conta de Lucros Acumulados, os efeitos líquidos dos impostos, das despesas incorridas referentes aos exercícios de 2003 e 2004, no valor de R$ 2.315, que corresponde ao provisionamento de R$ 3.507.

| | P&D |
|---|---|
| Despesas operacionais | 4.964 |
| **Efeito no resultado** | **4.964** |
| Ajustes em lucros acumulados | 2.315 |
| Impostos a compensar (ativo circulante) | 1.192 |
| **Total** | **8.471** |

### 21 Provisões para Contingências

A Copel Geração S.A. responde por diversos processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível, perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para contingências sobre as causas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

| | Depósitos judiciais (Ativo - RLP) 2005 | 2004 | Provisões (Passivo - ELP) 2005 | 2004 |
|---|---|---|---|---|
| **Trabalhistas** | **6.124** | **4.497** | **6.401** | **4.794** |
| **Cíveis** | **473** | **464** | **12.286** | **2.483** |
| **Fiscais:** | | | | |
| INSS | - | - | 25.625 | 18.246 |
| Tributos federais | - | - | 17.491 | 13.000 |
| Desapropriações | | | 2.518 | - |
| | **-** | **-** | **45.634** | **31.246** |
| **Outros depósitos judiciais** | **210** | **201** | **-** | **-** |
| | **6.807** | **5.162** | **64.321** | **38.523** |

# COPEL Geração

# COPEL GERAÇÃO S.A
Subsidiária Integral da
Companhia Paranaense de Energia - COPEL

ABRACONEE
Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica

**CNPJ/MF 04.370.282/0001-70**

**www.copel.com / copel@copel.com**

## NOTAS EXPLICATIVAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**INSS**
A Companhia foi autuada em relação a vários aspectos da legislação do INSS, principalmente quanto ao adicional de férias, verbas pagas a título de indenização, solidariedade previdenciária e retenção de contribuição previdenciária de contratados. Baseada na avaliação de risco elaborada pelos seus assessores jurídicos, foi reconhecida na Copel Geração S.A. a provisão para eventual perda nesta autuação o valor de R$ 25.625 .

## 22 Patrimônio Líquido

**a) Capital social**
O capital social em 31 de dezembro de 2005 representa R$ 2.338.932 mil, composto por 2.338.932 mil ações, todas ordinárias sem valor nominal, subscritas e integralizadas.

**b) Reservas de lucros**

| | 2005 | 2004 |
|---|---|---|
| Reserva legal | 23.856 | 12.269 |
| Reserva para investimentos | 105.616 | 17.743 |
| | **129.472** | **30.012** |

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva para investimentos visa a cobertura do programa de aplicações de recursos no ativo permanente da Companhia, conforme o art. 196 da Lei das Sociedades Anônimas. Sua constituição ocorre mediante a retenção do remanescente do Lucro Líquido do Exercício, após a Reserva Legal e os Juros Sobre o Capital Próprio (item 4.1 do Relatório da Administração).

| | 2005 |
|---|---|
| Lucro líquido do exercício | 231.741 |
| Efeitos fiscais na COPEL pela opção de juros sobre o capital próprio | (44.188) |
| Lucro líquido do exercício sem os efeitos fiscais dos juros sobre o capital próprio | 187.553 |
| Reserva legal teórica sobre o lucro acima | (9.378) |
| Base de cálculo para dividendos mínimos | 178.175 |
| **Dividendos mínimos obrigatórios (30%)** | **53.453** |
| Imposto de renda retido sobre juros sobre o capital próprio (*) | 19.495 |
| **Valor do dividendo mínimo ajustado, calculado considerando o efeito do IRRF** | **72.948** |
| Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório | 57.018 |
| **Remuneração do capital próprio apropriada** | **129.966** |

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em Despesas Financeiras, e para efeito das demonstrações são apresentados como destinação do Lucro Líquido do Exercício. No resultado do exercício, sua reversão foi efetuada em rubrica própria, conforme preconiza a CVM.

## 23 Receita Operacional

| | 2005 | 2004 |
|---|---|---|
| **Consumidores** | | |
| Industrial | 98.435 | 37.319 |
| | **98.435** | **37.319** |
| Suprimento de energia elétrica | | |
| Leilão - CCEAR | 488.028 | - |
| Contratos bilaterais | 354.088 | 255.522 |
| Contratos iniciais | 283.095 | 704.983 |
| Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE | 28.447 | 11.537 |
| | **1.153.658** | **972.042** |
| Outras Receitas Operacionais | | |
| Renda da prestação de serviços | 6.262 | 3.106 |
| Arrendamentos e aluguéis | 264 | 466 |
| Subvenção - CCC | 14.832 | 11.687 |
| Outras receitas | 112 | 456 |
| | **21.470** | **15.715** |
| | **1.273.563** | **1.025.076** |

## 24 Deduções da Receita Operacional

| | 2005 | 2004 |
|---|---|---|
| **Tributos e contribuições sobre a receita** | | |
| Cofins | 77.422 | 47.652 |
| Pasep | 15.029 | 10.241 |
| ICMS | 17.252 | 2.839 |
| ISSQN | 313 | 146 |
| | **110.016** | **60.878** |
| **Encargos do consumidor** | | |
| Quota para reserva global de reversão - RGR | 38.626 | 27.235 |
| | **38.626** | **27.235** |
| | **148.642** | **88.113** |

## 25 Energia Elétrica Comprada para Revenda

| | 2005 | 2004 |
|---|---|---|
| Dona Francisca Energética S.A. | 48.443 | 44.112 |
| Câmara de Comercialização de Energia - CCEE | 25.637 | 20.632 |
| Administracion Nacional de Electricidad - ANDE | 3.124 | 10.983 |
| | **77.204** | **75.727** |

## 26 Pessoal

| | Custo de Operação | Despesas administrativas | 2005 | 2004 |
|---|---|---|---|---|
| Remunerações | 7.833 | 53.299 | 61.132 | 52.902 |
| Encargos sociais | 2.540 | 17.072 | 19.612 | 16.820 |
| Auxílio alimentação e educação | 711 | 3.499 | 4.210 | 3.713 |
| Indenizações trabalhistas | - | 263 | 263 | 79 |
| Participação nos resultados | 659 | 4.162 | 4.821 | 3.052 |
| (-) Transferências p/ ordens em curso | 77 | (3.471) | (3.394) | (4.025) |
| | **11.820** | **74.824** | **86.644** | **72.541** |

**Participação nos resultados**

Desde 1996 a Controladora implantou o programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, pago com base em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecido.

Em conformidade com o Ofício Circular n.º 01/2006 - CVM/SNC/SEP, de 22.02.2006, determina que as participações em resultados não referenciadas nos estatutos devem ser classificadas como custo ou despesa operacional.

## 27 Planos Previdenciário e Assistencial

A Copel Geração S.A. mantêm planos de complementação de aposentadoria e pensão ("Plano Previdenciário") e de assistência médica e odontológica ("Plano Assistencial") para seus empregados e dependentes legais ativos e pós-emprego.

**a) Plano previdenciário**
O atual Plano Previdenciário aos empregados é oriundo de um plano de "benefícios definidos", o qual foi transformado em plano de "contribuição definida" em 1998, denominado "Plano Previdenciário III".

Naquela data, o direito proporcional adquirido pelos participantes, em função da mudança de plano, gerou dívida que foi assumida e registrada nas demonstrações contábeis da Controladora, como patrocinadora única do plano, para ser amortizada em 240 parcelas mensais, vencíveis a partir de 1º.02.1999, atualizada pelo INPC e juros de 6% a.a.

Com a criação das subsidiárias integrais em 1º.07.2001, o saldo daquela dívida, atualizado até então, foi transferido às subsidiárias, segregado individualmente com base nos respectivos quadros de empregados existentes na data-base de cálculo da obrigação, ou seja, em 31.12.1997, financiado em 210 prestações mensais, indexadas pelo INPC e juros de 6% a.a., com vencimento a partir de 1º.08.2001. Como garantia desses contratos, as patrocinadoras autorizaram a Fundação Copel a bloquear saldos em contas correntes bancárias de propriedade delas.

Em razão da celebração desses novos contratos individuais, o contrato firmado entre a Fundação e a Companhia, patrocinadora instituidora, foi rescindido, dando-se às partes a mais ampla quitação quanto aos direitos e obrigações oriundos daquele contrato, ficando, entretanto, a Companhia como garantidora solidária em caso de qualquer déficit decorrente da concessão de benefícios.

**b) Plano assistencial**
Até agosto de 2001, a concessão de assistência médica aos empregados e seus dependentes era feita diretamente pela Companhia, com administração da Fundação Copel. A partir daquela data, a Companhia e suas subsidiárias implementaram plano de saúde aos seus empregados e dependentes, denominado "Plano Pró-Saúde", que é custeado por contribuições mensais de ambas as partes, patrocinadoras e empregados, calculadas de acordo com critérios atuariais e normas vigentes, aplicáveis a esse tipo de plano assistencial.

**c) Deliberação CVM n.º 371/2000 - Contabilização de Benefícios a Empregados**
Como a obrigação previdenciária relativa ao direito proporcional dos empregados, em face da mudança de plano citada anteriormente, já havia sido reconhecida contabilmente desde 1998 para atender a Deliberação CVM n.º 371/2000, em 2001 a Controladora e suas subsidiárias ajustaram o saldo dessa obrigação, no montante de R$ 72.857, avaliado na ocasião pelo seu valor histórico, atualizado segundo as condições contratuais e deduzido das amortizações mensais realizadas até então.

No caso do Plano Assistencial, as subsidiárias da Controladora optaram pelo reconhecimento antecipado da obrigação do plano de saúde, em 1º.07.2001, calculada segundo os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM n.º 371/2000, líquido dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, no montante de R$ 159.949, diretamente contra o patrimônio líquido.

Para viabilizar a implementação e dar garantias financeiras ao novo plano Pró-Saúde, a Copel Geração S.A. aportou fundos, em montante calculado por atuário especialmente contratado pela Fundação Copel, que foram registrados contra a obrigação reconhecida em 1º de julho de 2001.

No exercício de 2005, a despesa incorrida com os planos previdenciário e assistencial foi:

| | Plano previdenciário | Plano assistencial | 2005 | 2004 |
|---|---|---|---|---|
| Período pós-emprego | 5.786 | 7.148 | 12.934 | 22.387 |
| Empregados ativos | - | 2.721 | 2.721 | 2.478 |
| | **5.786** | **9.869** | **15.655** | **24.865** |

## 28 Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia

| | 2005 | 2004 |
|---|---|---|
| Gás natural para produção de energia elétrica | 117.496 | 236.225 |
| Combustíveis para produção de energia elétrica | 14.832 | 12.038 |
| Outros insumos | 233 | 233 |
| | **132.561** | **248.496** |

## 29 Outras Despesas Operacionais

| | 2005 | 2004 |
|---|---|---|
| **Despesas com vendas** | | |
| Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa | 2.303 | (1.486) |
| | **2.303** | **(1.486)** |
| **Despesas gerais e administrativas** | | |
| Pessoal (nota 26) | 74.824 | 61.022 |
| Plano previdenciário e assistencial (nota 27) | 13.481 | 20.755 |
| Material | 3.316 | 3.023 |
| Serviços de terceiros | 29.597 | 31.776 |
| Depreciação e amortização | 2.470 | 2.079 |
| Arrendamentos e aluguéis | 3.754 | 3.798 |
| Seguros | 244 | 188 |
| Tributos | 970 | 1.511 |
| Indenizações | 169 | 18 |
| Anúncios - campanhas especiais | - | 27 |
| Recuperação de despesas | (2.039) | (5.312) |
| Outras despesas | 631 | 549 |
| | **127.417** | **119.434** |
| **Outras despesas operacionais** | | |
| Taxas regulamentares | 67.784 | 63.579 |
| Provisão para contingências | 23.281 | 405 |
| Pesquisa e desenvolvimento e eficiciência energética | 9.110 | 3.670 |
| Doações, contribuições e subvenções | 777 | 363 |
| | **100.952** | **68.017** |
| | **230.672** | **185.965** |

## 30 Resultado Financeiro

| | 2005 | 2004 |
|---|---|---|
| **Receitas financeiras** | | |
| Renda de aplicações financeiras | 65.743 | 37.003 |
| Juros s/ direito de ressarcimento de geradores | 27.087 | - |
| Juros e comissões | 4.191 | - |
| Juros sobre impostos a compensar | 3.465 | 137 |
| Variações monetárias | 393 | 523 |
| Encargos moratórios sobre faturas de energia | 590 | 3.193 |
| ( - ) Tributos e contrib. sociais s/ receitas financeiras | - | (79) |
| Outras receitas financeiras | 106 | 72 |
| | **101.575** | **40.849** |
| **(-) Despesas financeiras** | | |
| Multas contratuais - Compagas | 190.940 | 81.509 |
| Encargos de dívidas | 43.583 | 78.878 |
| Encargos de operações com derivativos | 41.952 | 90.906 |
| CPMF e IOF | 5.529 | 4.935 |
| Multas fiscais, sancionatórias e contratuais | 5.400 | 3.050 |
| Provisão para tributos federais | - | 13.000 |
| Variações monetárias e cambiais | (49.561) | (37.302) |
| Outras despesas financeiras | 85 | 30 |
| | **237.928** | **235.006** |
| | **(136.353)** | **(194.157)** |

**Encargos de operações com derivativos**

A administração da Companhia, por meio de uma política de derivativos realizou operação de "hedge" de moeda com o objetivo de se proteger dos efeitos de variações das taxas de câmbio sobre a exposição de passivos indexados ao dólar norte-americano.

O valor contábil desse instrumento financeiro foi liquidado em 29.04.2005, tendo sido atualizado de acordo com as taxas pactuadas contratualmente, estando a perda realizada decorrente do resultado negativo dessas operações, no montante de R$ 166.582, registrada no resultado financeiro, (R$ 41.952 no primeiro semestre de 2005; R$ 90.906 no exercício de 2004; e R$ 33.724 no exercício de 2003).

## 31 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

O MAE foi extinto e suas atividades, ativos e passivos foram, em 12.11.2004, absorvidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A CCEE foi constituída sob forma de pessoa jurídica de direito privado sob a regulação e fiscalização da Aneel.

Os saldos relativos às transações realizadas pela Companhia são os seguintes:

| | 2005 | 2004 |
|---|---|---|
| **Ativo circulante (nota 6)** | | |
| Até dezembro de 2004 | 98 | 117.105 |
| De outubro a dezembro de 2005 | 7.228 | - |
| | **7.326** | **117.105** |

A movimentação dos valores de energia de curto prazo (CCEE) no exercício de 2005 está apresentada como segue:

| | Valores a liquidar | Liquidação | Apropriação | Valores a liquidar |
|---|---|---|---|---|
| | **31.12.2004** | | | **31.12.2005** |
| **Ativo circulante (nota 6)** | | | | |
| Até dezembro de 2004 | 7.654 | (7.556) | - | 98 |
| De janeiro a março de 2005 | - | (4.086) | 4.086 | - |
| De julho a setembro de 2005 | - | (10.121) | 10.121 | - |
| De outubro a dezembro de 2005 | - | (6.068) | 13.296 | 7.228 |
| | **7.654** | **(27.831)** | **27.503** | **7.326** |
| **(-) Passivo circulante** | | | | |
| De janeiro a março de 2005 | - | (119) | 119 | - |
| De abril a junho de 2005 | - | (22.018) | 22.018 | - |
| De julho a setembro de 2005 | - | (422) | 422 | - |
| | **-** | **(22.559)** | **22.559** | **-** |
| **Total líquido** | **7.654** | **(5.272)** | **4.944** | **7.326** |

## 32 Reconciliação da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda - IRPJ e da contribuição social - CSLL, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes da demonstração do resultado é a seguinte:

| | 2005 | 2004 |
|---|---|---|
| **Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL** | **286.298** | **39.609** |
| **IIRPJ e CSLL (34%)** | **(97.341)** | **(13.466)** |
| **Efeitos fiscais sobre:** | | |
| Juros sobre o capital próprio | 44.188 | 6.052 |
| Cálculo atuarial | (1.374) | (5.025) |
| Outros | (30) | 253 |
| **Efeitos fiscais sobre:** | | |
| **IIRPJ e CSLL (34%)** | **(54.557)** | **(12.186)** |

## 33 Seguros

| Riscos | Data de vigência | Importância Segurada |
|---|---|---|
| Riscos nomeados (a) | 24.08.06 | 690.893 |
| Incêndio - imóveis próprios e locados (b) | 24.08.06 | 9.798 |
| Responsabilidade civil (c) | 24.08.06 | 5.780 |
| Engenharia (d) | 24.08.06 | apólice por averbação |
| Transporte nacional e internacional - exportação e importação (e) | 24.08.06 | apólice por averbação |

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

**a) Riscos nomeados**

Apólice contratada destaca as usinas, nomeando os principais equipamentos, com os respectivos valores segurados. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

**b) Incêndio**

Imóveis próprios e locados – cobertura para os imóveis e parte dos seus conteúdos. Garante o pagamento de indenização ao segurado ou proprietário do imóvel, pelos prejuízos em conseqüência dos riscos básicos de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza mais a cobertura adicional de vendaval.

**c) Responsabilidade civil**

Apólice contratada pela Copel com importância segurada única, extensiva a todas as Subsidiárias Integrais. Garante a cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em conseqüência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia.

**d) Riscos de engenharia**

Cobertura dos riscos de instalação, montagem, desmontagem e testes em equipamentos novos, principalmente em usinas. Contratada apólice na modalidade por averbação, conforme a ocorrência e necessidade para cobertura dos riscos na execução de serviços de engenharia.

**e) Seguro de transporte**

Garantia por danos causados às mercadorias transportadas por qualquer meio adequado no mercado interno e durante as operações de importação ou exportação de mercadorias no mercado externo. Contratada a apólice na modalidade por averbação, sendo basicamente utilizado para o seguro de transporte de equipamentos elétricos e eletrônicos.

## 34 Detalhamento da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos

| ORIGENS | 2005 | 2004 |
|---|---|---|
| **Das operações** | | |
| **Lucro líquido do exercício** | **231.741** | **27.423** |
| **Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:** | | |
| **Depreciação e amortização** | 102.638 | 101.311 |
| Variações monetárias de longo prazo | (37.344) | 126.271 |
| Do realizável a longo prazo | (13.931) | - |
| Dos empréstimos e financiamentos - em moeda nacional | 734 | 6.952 |
| Dos empréstimos e financiamentos - em moeda estrangeira | (24.147) | 28.414 |
| Das operações com derivativos | - | 90.905 |
| **Imposto de renda e contribuição social diferidos** | **(8.533)** | **(2.245)** |
| **Provisões (reversões) no exigível a longo prazo** | **36.214** | **35.792** |
| Benefícios pós-emprego | 12.934 | 22.387 |
| Contingências trabalhistas | 1.607 | (9.159) |
| Contingências tributárias | 4.491 | 13.000 |
| Contingências junto ao INSS | 7.379 | 7.081 |
| Contingências cíveis | 9.803 | 2.483 |
| **Baixas de imobilizado em serviço - líquidas** | **136** | **480** |
| **Total das despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido** | **93.111** | **261.609** |
| **Resultado ajustado** | **324.852** | **289.032** |
| **Total das operações** | **324.852** | **289.032** |
| **De terceiros** | | |
| **Controladora e coligadas** | **481.267** | **-** |
| **Realizáveis a longo prazo transferidos para o circulante** | | |
| **Consumidores e revendedores** | **9.782** | **9.062** |
| **ICMS a recuperar** | **134** | **52** |
| **Outros ativos** | 233 | 233 |
| Despesas pagas antecipadamente | 233 | 233 |
| **Total de terceiros** | **491.416** | **9.347** |
| **Da redução do capital circulante líquido** | **-** | **725.250** |
| **TOTAL DAS ORIGENS** | **816.268** | **1.023.629** |

| APLICAÇÕES | 2005 | 2004 |
|---|---|---|
| **Na distribuição de dividendos** | **129.966** | **26.052** |
| **No imobilizado** | **20.957** | **18.325** |
| **No realizável a longo prazo** | | |
| **Consumidores e revendedores** | **110.000** | **-** |
| Mercado atacadista de energia | 549 | - |
| Copel Distribuição S.A. - reclassificação do circulante | 109.451 | - |
| **ICMS a recuperar** | **240** | **469** |
| **Depósitos judiciais** | **1.645** | **1.299** |
| **Controladora e coligadas** | **-** | **299.568** |
| **Exigíveis a longo prazo transferidos para o circulante:** | | |
| **Empréstimos e financiamentos** | **50.649** | **530.109** |
| Em moeda nacional | 26.891 | 31.825 |
| Em moeda estrangeira | 23.758 | 498.284 |
| **Benefícios pós-emprego** | **25.188** | **23.178** |
| **Operações com derivativos** | **-** | **124.629** |
| **Impostos, contribuições sociais e outras contas a pagar** | **3.903** | **-** |
| Programas de pesquisa, desenvolvimento e eficiência energética | 2.315 | - |
| RGR - ajuste anual parcelado | 1.588 | - |
| **No aumento do capital circulante líquido** | **473.720** | **-** |
| **TOTAL DAS APLICAÇÕES** | **816.268** | **1.023.629** |
| **Demonstração da variação do capital circulante líquido** | | |
| Ativo circulante inicial | 647.741 | 494.353 |
| Passivo circulante inicial | 1.316.582 | 437.944 |
| **Capital circulante líquido inicial** | **(668.841)** | **56.409** |
| Ativo circulante final | 854.658 | 647.741 |
| Passivo circulante final | 1.049.779 | 1.316.582 |
| **Capital circulante líquido final** | **(195.121)** | **(668.841)** |
| **Aumento (redução) do capital circulante líquido** | **473.720** | **(725.250)** |

## 35 Evento Subseqüente

Assinatura de acordo com a Petrobrás

A Companhia , em cumprimento ao disposto na Instrução CVM n.º 358/2002, comunicou ao mercado em 07.03.2006 a assinatura, no dia anterior, no Rio de Janeiro, do acordo sobre pendências referentes ao contrato de gás para a Usina Termelétrica de Araucária.

O acordo consiste na assinatura do Contrato de Transação Extrajudicial e de um Protocolo de Intenções.

Pelo Contrato de Transação celebrado, a Copel Geração, tendo como fiadora a Copel, reconhece expressamente que possui dívida de R$ 150.000 com a Petrobrás, a ser paga em sessenta parcelas mensais, a partir de janeiro de 2010, sendo os valores corrigidos pela taxa Selic (ou índice que venha a substituí-la). Em conseqüência desse acordo, a Companhia efetuará a reversão dos valores provisionados.

No Termo de Consentimento, a Petrobrás declara que nada tem a opor quanto à aquisição por parte da Copel das cotas da El Paso na UEG Araucária. Esta operação, que está sendo formalizada entre a Copel e a El Paso, resultará no aumento da participação da Copel na UEG Araucária, mediante o pagamento do equivalente a US$ 190,000, dos atuais 20% para 80%. A Petrobrás permanece com 20% das ações.

Pelo Protocolo de Intenções, a Petrobrás envidará os melhores esforços para atendimento às necessidades de suprimento de combustível para a operação da UEG Araucária, a partir de 2010, podendo esse combustível ser gás natural ou energético alternativo.

O acordo com a Petrobrás e o Memorando de Intenções equacionam, de forma amigável, as divergências existentes sobre o contrato de fornecimento de gás para a Usina Termelétrica de Araucária e possibilitam buscar a viabilidade técnica e operacional da mesma.

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Copel Geração S. A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, além de ter acompanhado - através de análises de balancetes - a gestão econômico-financeira da referida Empresa, examinou as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2005, encerrado em 31 de dezembro, abrangendo o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, tendo apreciado, também, o Relatório da Administração e, considerando todos os pontos contidos no Parecer da PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes, bem como as informações e esclarecimentos por eles prestados, é de parecer que as mencionadas demonstrações refletem, com propriedade, a situação patrimonial e financeira da Companhia e os correspondentes resultados de suas operações, estando, assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e à conseqüente deliberação da Acionista Controladora.

Curitiba, 24 de março de 2006.

ANTONIO RYCHETA ARTEN
Presidente

HERON ARZUA
NELSON PESSUTI

As Demonstrações Contábeis da Copel Geração S.A. estão inseridas e validadas nos exames da Auditoria Externa da Companhia Paranaense de Energia – Copel, publicadas no Diário Oficial do Estado do dia 20 de abril de 2006.

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**RUBENS GHILARDI**
Presidente

**LUIZ ANTÔNIO ROSSAFA**

**RAUL MUNHOZ NETO**
Secretário Executivo

### CONSELHO FISCAL

**ANTONIO RYCHETA ARTEN**
Presidente

**HERON ARZUA**

**NELSON PESSUTI**

### DIRETORIA

**RAUL MUNHOZ NETO**
Diretor Superintendente

**ELZIO BATISTA MACHADO**
Diretor Adjunto

**LUIZ ANTÔNIO ROSSAFA**
Diretor Adjunto

### CONTADOR

**CLAUDEMIR GONÇALVES RICARDO**
CRC-PR-031470/O-8